
Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

VIII Curso de Especialização em Relações Internacionais – 2006

Relações Sino-Brasileiras no Primeiro Mandato do Presidente Lula (2003-2006)

João Francisco Cassino

Matrícula: 2006/44412

Orientadora: Prof^a. Norma Breda dos Santos

“Monografia final, apresentada como requisito
parcial para obtenção do Certificado de
Especialista em Relações Internacionais”

Brasília, abril de 2007

Resumo

O primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) teve na cooperação Sul-Sul um dos pontos principais de sua política externa. A China, como maior país em desenvolvimento do mundo e ao apresentar um crescimento econômico da ordem de 9% ano nas últimas décadas, foi um dos alvos prioritários da diplomacia e do comércio exterior do Brasil. O objetivo do presente estudo, dividido em três partes, é analisar as relações bilaterais entre o Brasil e a China no período. A primeira parte busca analisar como os esforços de aproximação com a China inserem-se na política externa do governo Lula ,e relata a troca de visitas dos presidentes do Brasil e da China em 2004, quando vários temas de interesse comum foram tratados. Na segunda, são abordados alguns dos principais problemas no relacionamento bilateral no período contemplado, a exemplo do embargo chinês à soja brasileira, medidas de defesa comercial impostas pelo Brasil com relação aos brinquedos e têxteis chineses, investigações *antidumping* movidas pelo Brasil contra a China e a decepção da diplomacia brasileira em relação ao esperado apoio chinês à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na terceira parte, busca-se apontar as realizações alcançadas no período, como o importante aumento recíproco de investimentos e de trocas comerciais, e a renovação da parceria científico-tecnológica para lançamento de satélites. Outro ponto a assinalar é a concertação política entre Brasil e China no âmbito multilateral.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, João Baptista Cassino, Lionete Cassino e Nilda Ferrari, e ao meu irmão Juliano, por terem preparado o caminho para que eu chegasse até aqui. À Léia Ruiz, sem a qual esse trabalho não seria possível, pela presença constante e pela compreensão. À Prof^a. Norma Breda pela orientação, em maior parte virtual, mas com a velocidade dos fluxos digitais. Ao meu amigo e camarada, Ricardo Bimbo, pelas horas de bate-papo sobre a conjuntura política do governo Lula. Ao meus colegas da Cobra Tecnologia, Edmilson "Pajé", Luiz Fuzaro, Jailton "Bicudo" e Eduardo Morici. À Sérgio Amadeu da Silveira pelo incentivo e pelo exemplo. Aos amigos do ITI, Renato Martini, Edgard Piccino e à sua esposa Anny. À Wilken Sanches e Beá Tibiriçá, do Coletivo Digital. À Fabiana Iglesias, do InfomediaTV, que colaborou para a obtenção de informações de pesquisa. Aos amigos da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico, Paul Liu e Daniel Castro. À Prof^a. Lin Mei Huei, por ter me aberto as portas ao mundo chinês. Aos integrantes da banda A.v.e.r.s.ã.o, Deivi Kuhn, Adonis Reis, Fred Camara e Pajé (de novo), pelos ensaios não realizados. Por fim, aos desenvolvedores do movimento internacional de Software Livre, cujo trabalho permitiu que eu escrevesse essa monografia sem falhas no computador ou perda de dados.

Sumário

Introdução.....	1
I - A política externa do governo Lula e estratégias para o aprofundamento das relações bilaterais com a China.....	5
1.1 - A viagem do presidente Lula à China.....	9
1.2 - O presidente Hu Jintao no Brasil.....	15
II - Entraves e impasses no relacionamento bilateral: as crises entre 2003-2006.....	19
2.1 - Primeiro susto: o embargo da soja.....	19
2.2 - Reconhecimento brasileiro da China como economia de mercado.....	22
2.3 - Defesa comercial.....	24
2.4 - Contenciosos comerciais Brasil x China.....	26
2.5 - A ameaça dos brinquedos.....	30
2.6 - A restrição aos produtos têxteis.....	31
2.7 - Os investimentos que não vieram.....	34
2.8 - A candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas: a falta do apoio chinês.....	36
III - Ampliação das trocas bilaterais e pontos positivos da parceria Brasil-China.....	41
3.1 - Relações comerciais.....	43
3.2 - Exemplos empresariais.....	46
3.2.1 - Brasileiros na China.....	46
3.2.2 - Chineses no Brasil.....	47
3.3 - Setores que ganham e setores que perdem.....	48
3.4 - Brasil e China no espaço.....	53
3.5 - A Rodada de Doha	54
Conclusão.....	58
Referências bibliográficas.....	59

Índice de Quadros, Gráficos e Tabelas

Quadro A.1 - Atos em vigor assinados em 24/05/2004 com a China	12
Quadro A.2 - Acordos assinados entre empresas privadas e estatais em maio de 2004.....	14
Quadro A.3 - Atos em vigor assinados em 12/11/2004 com a China	17
Quadro B.1 - Direitos antidumping e medidas de salvaguardas em vigor – Fev. 2007.....	28
Quadro B.2 - Investigações em curso.....	29
Tabela B.3 - Produtos abrangidos pelo acordo têxtil Brasil-China.....	33
Tabela B.4 - Investimentos estrangeiros diretos / Distribuição por origem dos recursos.....	35
Quadro C.1 - Atos em vigor assinados com a China em 2005-2006	41
Gráfico C.2 - Exportações brasileiras de carnes para a China - 2000-2006.....	44
Gráfico C.3 - Origem das importações brasileiras - US\$ bilhões.....	45
Gráfico C.4 - Participação dos países nas importações brasileiras.....	45
Quadro C.5 - Setores que ganham e setores sensíveis na parceria Brasil-China.....	49
Tabela C.6 - Tarifas de Importações: Brasil e China.....	57

Introdução

A República Popular da China nasce com a vitória da revolução comunista em 1949. A edificação desta Nova China marca o fim de mais de um século de guerras contra potências imperialistas e de conflitos internos.

A história da nação mais populosa do mundo entre o século XIX e metade do século XX é trágica. A China viveu uma sequência de episódios violentos que parecia interminável. Um pesadelo que começa com as duas Guerras do Ópio contra a Inglaterra, passa pela Revolta dos Boxers (1900), pela guerra civil, interrompida pela invasão japonesa à Manchúria na década de 30, desembocando na Segunda Grande Guerra Mundial (1941-1945), e seguida do reinício do guerra civil.

A reunificação do país significou para a maioria dos chineses uma revolução que era basicamente uma restauração: de ordem e paz; de bem-estar; e de um sistema de governo cujos funcionários públicos se viam apelando para precedentes legais há muito abandonados, como explica Hobsbawn (1994). Era o ressurgimento do Império do Meio, o recomeço da grandeza de uma civilização de cinco mil anos.

Mas o fim do sofrimento do povo chinês não foi imediato. Erros graves cometidos pelo novo governo causaram uma grande fome (1959-61), provavelmente a maior do século XX, derivada do fim da ajuda material da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas com o racha de 1960; pela ultra-rápida coletivização da agricultura camponesa (1955-57) e pelo "Grande Salto Avante" da indústria em 1958. Houve também dura repressão política e ideológica, principalmente durante a Revolução Cultural (1966-1976).

Apesar de tudo, ao término da época de Mao Zedong (1976), a China tinha um consumo médio de alimentos (em calorias) acima da média da maioria das nações. Estava a frente de 14 países das Américas, de 38 da África, e cerca de metade dos asiáticos. A expectativa de vida média no nascimento subiu de 35 anos, em 1949, para 68, em 1982. Mesmo com a grande fome, houve queda contínua da mortalidade e o número de pessoas aumentou de 540 milhões para 950 milhões entre o primeiro ano da Nova China e 1976. A

taxa de matrícula em escolas primárias chegou a 96% nesse mesmo período.

A China torna-se uma país independente de qualquer potência estrangeira. Em plena Guerra Fria, os chineses não se alinhavam com Moscou e não estavam submissos aos Estados Unidos. A intervenção da China na Guerra da Coreia (1950-52) demonstrou a capacidade do exército vermelho de manter à distância as tropas norte-americanas.

O grande legado da revolução foi a conquista real da soberania. Livre para seguir seu caminho de maneira autônoma, a partir de 1978, o Partido Comunista Chinês começa a implementar um vagaroso programa de reformas pró-mercado, idealizado por Deng Xiaoping, que iria impulsionar os 20 anos de impressionante crescimento econômico.

Do outro lado do planeta, no extremo ocidente, estava o Brasil, país capitalista que combatia o comunismo internacional. Após a vitória revolucionária em 1949, o rompimento das relações sino-brasileiras foi quase imediato, tendo ocorrido no mesmo ano. Os brasileiros eram governados pelo presidente Dutra (1946-50), cuja política externa vivia um dos momentos de maior identificação com os EUA. Um período comparável nesse quesito ao de Castello Branco (1964-67).

No entanto, o Brasil também trabalhava para desenvolver-se de forma autônoma. De acordo com Vigevani e Cepaluni (2007), durante a maior parte da Guerra Fria, o país defendeu temas do conflito Norte/Sul em contraposição ao conflito Leste/Oeste.

Houve momentos em que foi maior o distanciamento em relação aos centros de poder internacionais, como o período da "Política Externa Independente" (1961-1964) e no "Pragmatismo Responsável", que sob Geisel (1974-79), buscava a aproximação brasileira com parceiros do Sul com o objetivo de estreitar relações no Terceiro Mundo para propiciar a diversificação de interesses.

Passados 22 anos da chegada dos comunistas ao poder, no ano de 1971, a XXVI Assembléia Geral das Nações Unidas, com apoio dos EUA, reconhece a República Popular da China como única representante do povo chinês, em detrimento ao governo de Taipei. Durante todo esse tempo, a ONU relacionava-se com Taiwan, província onde refugiaram-se os nacionalistas do *Kuomintang*, derrotados na revolução, mas que reivindicavam a

legitimidade governamental. Em 1972, o presidente norte-americano Nixon seria recebido por Mao Zedong em Pequim.

Nesse cenário, não havia porque a diplomacia brasileira não reatar as relações Brasil-China. Para Fujita (2003), a normalização das relações sino-brasileiras, em 1974, lançaria as bases para um relacionamento bilateral que caminhou para uma parceria com finalidades pacíficas, a qual encontra poucos paralelos no eixo Sul-Sul.

O relacionamento entre as duas nações seria lento, por ter que vencer constrangimentos políticos e ideológicos. Mesmo assim, o crescimento das trocas comerciais ocorreu constantemente e os dois países tornaram-se bons parceiros no cenário político global, graças a visões semelhantes quanto autonomia nacional e desenvolvimento.

Em 1993, ocorre a histórica viagem do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, precedida pelas visitas do primeiro-ministro Li Peng e do vice-primeiro ministro Zhu Rongji. Foi este último quem forjou a expressão "Parceria Estratégica", que seria utilizado constantemente pelas duas diplomacias a partir de então. Tal parceria se desdobraria em três vertentes principais: política, econômica e comercial, e científica-tecnológica.

Dez anos depois, o Brasil elege o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidência da República, cuja diplomacia tem como um de seus principais pilares o retorno da cooperação Sul-Sul.

Como este governo, entre 2003-2006, relacionou-se com a China Popular do século XXI, agora integrada e desejada pelos mercados globais, é o que pretende investigar e registrar o presente trabalho.

A monografia está dividida em três partes. Primeiramente, analisa-se a política externa do governo Lula de maneira geral, e como nela se enquadra a parceria com a China. Relata-se também como foram as duas viagens presidenciais em 2004, quando se comemorou os 30 anos do reestabelecimento das relações bilaterais. Na segunda parte, aborda-se os problemas encontrados nos relacionamentos político e econômico no período estudado. Por fim, na terceira parte, mostra-se os pontos positivos da parceria, como os números da corrente de comércio, e as iniciativas e possibilidades de cooperação.

Além de textos e estudos acadêmicos, a pesquisa realizada baseou-se em matérias e artigos publicados pela imprensa, tentando reconstituir a história a partir de notícias esparsas e geralmente descontextualizadas. Utilizou-se também de material oficial, disponível principalmente nos portais de Internet da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento, Comércio e Indústria, e no Diário Oficial da União.

Capítulo I - A política externa do governo Lula e estratégias para o aprofundamento das relações bilaterais com a China

A aproximação entre o Brasil e a República Popular da China (RPC) foi um dos objetivos perseguidos pela diplomacia brasileira durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). No período, os principais formuladores da política externa brasileira dedicaram muita energia negociadora, recursos humanos e financeiros para que ambas as nações estivessem mais interligadas em assuntos políticos, econômicos e estratégicos.

O interesse ocidental na China aumentou significadamente por causa do impressionante crescimento de sua economia, de cerca de 9% ao ano nas últimas duas décadas, e da cada vez maior interdependência do país em seu relacionamento com os Estados Unidos (EUA). Para citar dois exemplos, em 2006, o *déficit* acumulado pelos EUA com a China superou US\$ 210 bilhões, cerca de 25% do *déficit* total norte-americano. A China também terminou esse ano com uma reserva de dólares superior a US\$ 1 trilhão¹.

Candidata à superpotência, a China possui um numeroso exército, armas nucleares, ocupa um dos cinco assentos permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e é, sem dúvida, o maior país em desenvolvimento do mundo. Dessa forma, é natural que os diplomatas brasileiros prestassem mais atenção ao gigante asiático.

Para entender melhor como a aproximação com a China encaixa-se na atual estratégia brasileira é necessário, primeiramente, analisar de forma global como foi a política externa brasileira no primeiro mandato do presidente Lula e as principais diferenças em relação aos governos anteriores. Almeida (2006) escreve que historicamente a política externa obtinha relativo consenso positivo nas diversas tendências político-ideológicas, mas sob Lula, as análises dividiram-se, e podem ser classificadas em três grupos:

- **Vozes autorizadas:** os produtores originais de posições e discursos para a diplomacia em questão. Caracteriza-se pelos porta-vozes oficiais do *establishment* diplomático. Entre os nomes mais importantes estão Marco Aurélio Garcia, Celso

1 Macro China, em 17/02/2007.

Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães;

- **Apoiadores externos:** membros da academia e profissionais dos meios de comunicação que concordam, no essencial, com as grandes linhas do discurso e da prática diplomática. O autor cita como exemplo Moniz Bandeira, Amado Luiz Cervo, Paulo Nogueira Batista Jr., Paulo Vizentini, Ricardo Seitenfus e José Flávio Sombra Saraiva.
- **Independentes** ou **críticos:** aqueles que se dedicam ao registro de posições e à análise de suas implicações políticas e econômicas para as relações internacionais do Brasil, com um olhar crítico sobre os fundamentos e as tomadas de posição da atual diplomacia. Almeida (2006) coloca no mesmo grupo autores neutros e opositores declarados. Alguns nomes são Luiz Augusto Souto Maior, Rubens Antônio Barbosa, Marcelo de Paiva Abreu e Eduardo Viola. Os mais críticos “se opõem frontalmente à retórica 'terceiro mundista' do governo e à atitude geral de 'mudança a 180º graus' que se anunciou na política externa, contrariamente à uma atitude mais pró-ativa em favor da globalização, como eles crêem que vêm fazendo, aliás, a China e a Índia”.

A visão utilizada nesse trabalho baseia-se em Vigevani e Cepaluni (2007), que pode ser considerada neutra. Para eles, de modo geral, não houve ruptura com a tradição histórica da política externa do Brasil, de busca por desenvolvimento econômico nacional, preservando certa autonomia política. Parte das mudanças observadas entre 2003-2006, e creditadas ao presidente Lula, iniciaram-se, na verdade, nos últimos anos do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

As alterações propostas no governo Lula sugerem maior peso das idéias, temperadas pelos contragimentos internacionais. Assim, as principais diferenças entre Lula e Cardoso estão em interpretações ideológicas, a respeito das possibilidades e riscos da atual ordem mundial.

Nesse sentido, é muito importante levar em consideração o fato de que Lula foi eleito como representante do Partido dos Trabalhadores (PT). Do ponto de vista do cenário internacional, são notórias as conseqüências dos ataques terroristas aos EUA em 11 de setembro de 2001.

Os governos Collor-Itamar-Cardoso encontravam-se submetidos a um quadro internacional pós-Guerra Fria, de expansão do processo de globalização, valorização do multilateralismo e adoção de políticas neoliberais em vários países.

A chegada do presidente Lula ao Palácio do Planalto representou a derrota nas urnas do projeto neoliberal implementado pelo governo Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas, na prática, há controvérsias quanto a alteração de rumo da política econômica em seu primeiro mandato.

O novo presidente brasileiro encontra na presidência dos EUA, o republicano George W. Bush, que passou a adotar, desde 2001, uma nova ênfase ao unilateralismo, focado em questões de segurança, lançando a “Guerra ao Terrorismo” e atacando militarmente o Afeganistão e o Iraque, este último sem o respaldo da ONU. Com o fim do governo Clinton, o presidente Cardoso começou a criticar essa ênfase norte-americana ao unilateralismo, mas o discurso torna-se mais assertivo sob a diplomacia de Lula.

O Brasil passa a dar mais peso à construção de coalizações do Sul, aliando-se a parceiros como com Índia e África do Sul, formando o IBSA² ou G3, e o G20 (no âmbito da Rodada de Doha da OMC), com o objetivo de alterar a geografia do poder mundial para um melhor equilíbrio das relações Norte-Sul. Passou a buscar um novo padrão de inserção internacional, buscando maior autonomia e, diversificando parceiros e opções estratégicas.

A cooperação Sul-Sul deveria reduzir as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentar a capacidade negociadora nacional, articulada inclusive com parceiros não tradicionais. Assim, ao buscar a diversificação das negociações comerciais e maior coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, a China não poderia ser desprezada. Mais do que isso, tornava-se peça fundamental para o sucesso da política brasileira.

2 IBSA – Índia, Brasil e África do Sul. Também chamado de Grupo dos 3 (G3).

Além da China, o Brasil intensificou o relacionamento com Índia, Rússia, África do Sul e com a Comunidade Sul-Americana de Nações. Retomou o estreitamento com os países africanos. Também não descuidou das relações de amizade com os EUA.

A política de alianças com países em desenvolvimento é a aplicação prática de um dos temas mais frequentes nos discursos das principais autoridades do Partido dos Trabalhadores. Almeida (2006) escreve que a diplomacia “Sul-Sul” se caracterizou por ser quase uma unanimidade nas bases de apoio do novo governo.

Em relação à China, é importante lembrar que setores do partido ainda guardam grande simpatia pelo país por causa de seu passado revolucionário. O PT trabalhou por dois anos para assinar um protocolo³ de cooperação e intercâmbio com o Partido Comunista Chinês, firmado em 2004, em Pequim.

Os principais responsáveis pela formulação e implementação da política externa do presidente Lula foram Marco Aurélio Garcia (Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência), Celso Luis Nunes Amorim (Chanceler) e Samuel Pinheiro Guimarães (Secretário-geral das relações internacionais do Itamaraty).

Antes da chegada à presidência, Garcia foi secretário de relações internacionais do partido por muitos anos. Suas ações como assessor presidencial ultrapassaram as funções exercidas tradicionalmente por quem exercia o cargo, que era apenas uma consultoria discreta. Ele assumiu um papel relevante na elaboração e na execução da política externa.

Celso Amorim é diplomata de carreira, havia sido ministro das Relações Exteriores entre 1993 e 1994, durante o governo de Itamar Franco, e assumiu importantes cargos no exterior, como, por exemplo, representante permanente do Brasil junto à ONU.

Também diplomata, o embaixador Pinheiro Guimarães atuou como uma espécie de ideólogo das novas linhas de política externa, registrando suas opiniões em inúmeros textos, muitos dos quais publicados em revistas e *sites* ligados ao Partido dos Trabalhadores.

A influência petista no governo Lula foi no sentido de conseguir respaldo internacional para um vasto programa de inclusão social, necessário ampliar a democracia no Brasil, e garantir uma presença soberana no mundo. Tanto que, segundo a opinião de

3 PT acerta intercâmbio com PC Chinês. **Portal do Partido dos Trabalhadores**. 2004.

Souto Maior (2003), nenhum outro governo brasileiro colocou, de maneira tão enfática, a política externa como instrumento essencial à consecução dos objetivos centrais de seu programa de governo.

Daí decorrem outras decisões diplomáticas, como tentar colocar o combate à fome mundial na agenda internacional, trabalhar com firmeza para obter um assento do Conselho de Segurança da ONU, passar a negociar a ALCA de forma mais dura, e buscar a integração Latino-Americana.

1.1 – A viagem do presidente Lula à China

Para atingir os objetivos de cooperação com nações do Sul, o presidente Lula pôs em prática um programa de “diplomacia presidencial”, assim como fez seu antecessor. Em quatro anos foram dezenas de viagens ao exterior. Em relação à China, a diplomacia brasileira atuou para a ampliação do comércio bilateral como forma de aproximar as duas nações, com foco no que já havia sendo feito, conforme exposto por Lessa (1998):

As relações com a China Popular, que tem se incrementado desde década de 80, com a cooperação de setores de infra-estrutura, energia, matérias-primas, e indústria pesada, e, mais recentemente na área espacial, constituem grande promessa, a se considerar a potencialidade do mercado consumidor chinês, sendo, portanto, aposta de futuro do ponto de vista da política exterior do Brasil.

Outro ponto relevante, como escreve Altemani (2006), é que “todo o processo de inserção internacional e desenvolvimento chinês, desde seu início em 1978, detém uma característica que o identifica e o torna específico: a autonomia”. Tal característica vai ao encontro da política externa de Lula. Soma-se ainda o fato que, nas últimas décadas, Brasil e China foram bons parceiros no campo político.

A viagem ao país asiático estava nos planos do presidente brasileiro desde o começo do mandato, mas ocorreu somente em maio de 2004, ano em que se comemorou os 30 anos do reestabelecimento das relações sino-brasileiras. Em novembro do mesmo ano, o presidente chinês Hu Jintao retribuiu a visita, ao viajar para Brasília, Rio de Janeiro e São

Paulo. As duas viagens oficiais foram simbolicamente o auge do relacionamento bilateral.

Nesses dois eventos foram assinados acordos entre os dois países nas áreas jurídica, espacial, saúde e ciências médicas, turismo, segurança sanitária e fitossanitária (para permitir exportação de frutas (laranja, uva, limão, manga e mamão) e carne bovina.

O Brasil queria avançar em demandas concretas, como regras sanitárias, aquisição de aeronaves, reciprocidade em parcerias empresariais e acesso ao mercado chinês para carnes e etanol. A China concentrou seus esforços na obtenção de seu reconhecimento formal como economia de mercado.

O que chamou a atenção da imprensa em ambas as missões foi o tamanho das comitivas que as acompanharam. O presidente Lula levou cerca de 500 participantes, sendo 460 empresários, oito ministros (Relações Exteriores, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Fazenda, Turismo, Agricultura, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Planejamento) e cinco governadores (Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Piauí). Por sua vez, O presidente Hu Jintao trouxe ao Brasil aproximadamente 300 empresários chineses.

A missão brasileira esteve na China (Pequim e Xangai)⁴ entre os dias 22 e 26 de maio de 2004. Os compromissos oficiais dividiram-se em encontros políticos, seminários e visitas do presidente à empresas brasileiras na China. O primeiro dia, 23 de maio, foi marcado pela visita à atrações turísticas, como o Palácio Imperial de Verão.

Como forma de incentivar o interesse chinês pela culinária brasileira, o presidente Lula fez questão de prestigiar a churrascaria Beijing-Brasil, da Sadia, acompanhado pelo ministro Luiz Fernando Furlan, ex-executivo da empresa alimentícia.

O presidente também inaugurou um escritório da Petrobras na capital chinesa. Em seu pronunciamento, afirmou que a estatal “[é] um exemplo para os empresários brasileiros de como podem ajudar o Brasil a integrar-se de forma competitiva à economia globalizada. É também um exemplo de coragem, de espírito empreendedor em busca de mercados e de novas tecnologias.” A Petrobras tem uma parceria com a chinesa Sinopec para a exploração conjunta de petróleo em águas profundas, incluindo outros países, como Equador e Irã.

4 OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **China: o que é preciso saber**. 2004. (O relato da viagem da missão brasileira à China em 2004 basea-se principalmente neste texto).

O presidente Lula discursou em diversas ocasiões: nos seminários “Brasil-China, Comércio e Investimentos – Perspectivas para o Século XXI” e “Brasil-China, Parceria de Sucesso”; ao cortar o bolo comemorativo de 30 anos de relações diplomáticas com a China; e na Universidade de Pequim, por ocasião da inauguração do Núcleo de Estudos Brasileiros. No último dia, participou da abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza. Em uma das ocasiões, declarou:

O Brasil não quer continuar sendo um mero exportador de soja e minério de ferro. Nós chegaremos a atingir a perfeição na relação comercial com a China quando estivermos exportando e importando conhecimento, quando estivermos exportando e importando tecnologia de ponta, quando estivermos ajudando, numa atuação conjunta, a mudar as regras na Organização Mundial do Comércio⁵.

Encontros com autoridades chinesas também ocuparam a agenda do presidente brasileiro. Ele teve que se dedicar a discutir o embargo chinês à soja brasileira, que estaria contaminada com fungicidas (ver capítulo 2, item 2.1). No dia 26, encontrou-se, a portas fechadas, com o primeiro-ministro Wen Jiabao.

O momento mais importante da viagem foi o encontro com o presidente Hu Jintao, no dia 24 de maio, em que os dois mandatários assinaram 10 acordos. O Quadro A.1 traz uma síntese, elaborada pelo autor deste trabalho, a partir dos documentos publicados no portal do Ministério das Relações Exteriores.

5 LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República no encerramento do seminário Brasil-China: uma Parceria de Sucesso**. 2004.

Quadro A.1 - Atos em vigor assinados em 24/05/2004 com a República Popular da China

Atos em Vigor Assinados em 24/05/2004 com a República Popular da China	
1	Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
	Coloca os quatro princípios que guiaram as relações Brasil-China nos últimos 30 anos: 1) fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; 2) aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; 3) promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo. Propõe o estabelecimento de Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. A Comissão será co-presidida, pelo lado chinês, por um Vice Primeiro Ministro do Conselho de Estado da China e, pelo lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República. As reuniões realizar-se-ão, em alternância, no Brasil e na China.
2	Memorando de Entendimento sobre Cooperação (Hidroferroviária)
	O acordo baseia-se no avanço da China nas áreas de engenharia ferroviária e portuária, com foco em melhorar a interconexão dos diversos sistemas viários do Brasil. As ações serão executadas por meio de Grupo Misto de Trabalho (GMT). Os principais pontos previstos são: 1) Incrementar o comércio mediante a contratação de projetos de engenharia e de cooperação na área de investimento; 2) Dispõem-se a executar projetos de construção de ferrovias no Brasil, apoiando empresas de ambos os países. 3) Construção de portos: A Parte chinesa irá apresentar empresas chinesas para estudar a viabilidade de construção, ampliação e modernização de portos no Brasil, que irá fornecer todas as facilidades à essas empresas; e 4) Investimentos na instalação de empresas de produção e comércio, com foco em investimentos recíprocos em ferrovias, energia e equipamentos portuários.
3	Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres
	Projeto de cooperação para desenvolver os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) números 3 e 4. Há necessidade de desenvolver atividades de infra-estrutura, <i>softwares</i> de aplicação de dados e treinamentos técnicos. Os dois países concordam com a distribuição de produtos CBERS a outros países, além da China e do Brasil.
4	Ajuste Complementar sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde (ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica)
	O acordo reconhece a importância do trabalho conjunto para a garantia da segurança e eficácia de produtos terapêuticos incluindo medicamentos tradicionais. Brasil e China irão cooperar no intercâmbio de informações e no intercâmbio de pessoal. As agências executoras são, em nome da Parte brasileira pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e, em nome da Parte chinesa, pela Administração Estatal de Alimentação e Medicamentos da República Popular da China.
5	Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica
	Os dois países irão cooperar nas áreas de vigilância e legislação sobre saúde e sua observância (incluindo cosméticos, saneantes e alimentos), serviços de saúde pública e controle de doenças infecciosas e crônicas. Será implementada por meio de intercâmbios e seminários.
6	Memorando de Entendimento na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares
	Mecanismo de consulta mútua na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos alimentares, em harmonia com os princípios da Organização Mundial do Comércio. Brasil e China procurarão solucionar as não conformidades relacionadas à inspeção sanitária e fitossanitária, por meio do diálogo e troca de informações.
7	Acordo, p.t.n., para Flexibilização da Concessão de Vistos para Empresários
	Estabelece que consulados brasileiros cederão a nacionais chineses que pretendam viajar ao Brasil para fins de negócios, Vistos de múltiplas entradas válidos por até 3 (três) anos, para um período autorizado de estada que não exceda 90 (noventa) dias, renováveis se necessário, desde que a duração total da estada não exceda 180 (cento e oitenta) dias por ano, contados da data da primeira entrada. De acordo com o princípio de reciprocidade, serão expedidos vistos de longa duração de mesmo tipo a nacionais brasileiros em viagem de negócios a China.

Atos em Vigor Assinados em 24/05/2004 com a República Popular da China	
8	Acordo de Cooperação Esportiva
	Os dois países incentivarão e promoverão um intercâmbio de programas, experiências, habilidades, técnicas, informação, documentação e conhecimentos para o desenvolvimento das seguintes áreas de cooperação, destinadas à capacitação e atualização de: professores de educação física, atletas, treinadores, especialistas em medicina esportiva e outras ciências afins. As áreas abordadas são: Esporte de alto rendimento; Ciência, tecnologia e infra-estrutura do esporte; Informação e documentação esportiva; Medicina esportiva; Luta contra o doping; A mulher no esporte; Administração esportiva; Informática aplicada ao esporte; Esporte na terceira idade; Esporte de identidade cultural; Inclusão social por meio do esporte; e Outras que de comum acordo se estabeleçam.
9	Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços
	Os nacionais de qualquer das Partes Contratantes portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço válidos, desde que limitados a visitantes temporários com estadas de até 30 (trinta) dias, bem como a membros de missão diplomática ou de repartição consular, estarão isentos de vistos para entrar, sair e transitar no território da outra Parte Contratante.
10	Tratado de Cooperação Judiciária em Matéria Penal
	A Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República divulgou a assinatura do tratado em 04 de junho de 2004. No entanto, o documento não está disponível no site do Itamaraty, nem do Ministério da Justiça. Em contato telefônico realizado no dia 09 de fevereiro de 2007, a assessoria de imprensa do ministério não soube dar qualquer informação.

Fonte: Quadro organizado pelo autor com base em informações do portal do Ministério das Relações Exteriores

Os compromissos da enorme comitiva brasileira não se restringiram à agenda pessoal do presidente da República. Centenas de reuniões políticas e negociações econômicas ocorreram simultaneamente. Empresas privadas e estatais fecharam diversos acordos (Quadro A.2). Anunciou-se que a China teria US\$ 5 bilhões para investir no Brasil.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, assinou um protocolo de intenções para investimentos de infra-estrutura, incluindo gastos para a ferrovia Norte-Sul no valor de US\$ 1 bilhão. Outros US\$ 600 milhões estariam previstos para projetos de irrigação para plantação de cana-de-açúcar, e a construção de uma usina para a produção de etanol.

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, renovou acordo de exportação de álcool. O combustível é misturado à gasolina dos veículos na China, reduzindo a emissão de poluentes. Ainda tratando-se de energia, no dia 26, o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, divulgou nota informando o interesse dos dois países em ampliar a cooperação na área de energia nuclear para fins pacíficos.

As participações dos governadores de São Paulo e Minas Gerais também foram relevantes. O paulista Geraldo Alckimin trabalhou para garantir US\$ 2 bilhões de investimentos chineses para obras de infra-estrutura de transportes, principalmente em

portos. Demonstrou interesse em abrir escritório de representação em Xangai. O mineiro Aécio Neves liderou um contingente de 72 pessoas, sendo 57 empresários. Esse grupo realizou 249 encontros de negócios.

Quadro A.2 - Acordos assinados entre empresas privadas e estatais em maio de 2004

Acordos assinados entre empresas em maio de 2004	
1	Companhia Vale do Rio Doce / Shanghai Baosteel Group
	<i>Joint venture</i> para: 1) Construção de parte do Projeto “Pólo Siderúrgico de São Luis” (MA); 2) Produção de 3,8 milhões de toneladas de aço; 3) Implementação de linha de transporte marítimo entre o Brasil e a China, utilizando navios do tipo <i>Ultra Large Ore Carrier</i> ; e 4) desenvolvimento, na China, de projeto de produção de carvão para exportação para o Brasil.
2	Companhia Vale do Rio Doce / Shanghai Baosteel Group / Yongcheng Coal & Electricity Group
	<i>Joint venture</i> destinada à produção, processamento e venda de carvão.
3	Companhia Vale do Rio Doce / Yankuang Group
	Acordo de cooperação estratégica para desenvolvimento de projeto de produção de coque (tipo de combustível derivado do carvão betuminoso) para o mercado chinês, exportação para o Brasil e para outros mercados.
4	Companhia Vale do Rio Doce / Aluminium Corporation of China
	<i>Joint venture</i> destinada à exploração de bauxita e produção de alumina no Brasil, para exportação ao mercado da China.
5	Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR) / Minmetals Trading Co. Ltd.
	Assinatura de contrato da ordem de US\$ 400 milhões para aquisição de equipamentos e tecnologia chineses e exportação de minério brasileiro.
6	China-Brasil Ind. Dev. & Trade / Cia. de Comércio Exterior (COMEXPORT)
	Acordos de exportação de açúcar e algodão, ferro gusa e importação de coque.
7	Jinan Qingqi Motorcycle / Cia. Brasileira de Bicicletas
	Acordo para fabricação de motos em território brasileiro com foco na exportação para o Mercosul.
8	China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation (CMEC) / Central Termelétrica do Sul (CTSUL)
	Contrato para construção de usina termelétrica a carvão em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul.
9	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) / CITIC GROUP
	Assinatura de memorando de entendimento para desenvolvimento de projetos de financiamento de <i>joint ventures</i> sino-brasileiras voltadas à exportação.
10	Telemar Norte Leste (OI) / China Mobile
	Estabelecimento de acordo de <i>roaming</i> internacional preferencial.
11	Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG) / Air China
	Carta de intenções para a operação de vôos regulares entre o Brasil e a China.
12	Confederação Nacional da Indústria (CNI) / China Enterprise Confederation
	Criação de intercâmbio de informações e experiências no setor industrial
13	Três Marias Exportação e Importação / Chinapack Hua Yuan Int. Economic Cooperation Co.
	Assinatura de carta de intenções para venda de café solúvel ao mercado da China.

Fonte: Quadro organizado pelo autor com base em informações da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom-PR). em www.planalto.gov.br

1.2 – O presidente Hu Jintao no Brasil

O presidente chinês Hu Jintao chegou a Brasília no dia 11 de novembro de 2004, acompanhado por 300 empresários chineses, começando pelo Brasil uma série de viagens por países da América Latina⁶.

Os compromissos iniciaram-se no dia seguinte, com a Cerimônia Oficial de Boas-Vindas, e em seguida, houve uma reunião fechada entre os dois presidentes. Depois, em uma cerimônia de assinatura de atos, oito novos acordos foram assinados (Quadro A.3). Em comunicado à imprensa⁷, o presidente Lula declarou: “A visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil está sendo extremamente produtiva. Foram assinados diversos acordos bilaterais em áreas que vão do comércio e a indústria, ao combate ao crime organizado, passando por ciência e tecnologia, energia, e turismo.”

Pela tarde, o presidente Hu Jintao visitou o Congresso Nacional, onde afirmou que “a intensificação da parceria estratégica sino-brasileira não apenas beneficia a prosperidade e o progresso dos dois países, como também contribui para a manutenção da paz mundial e a promoção do desenvolvimento em conjunto.”

Na seqüência, foi ao Supremo Tribunal Federal e ao Palácio do Itamaraty, onde participou do “Seminário Brasil-China: Conquistas e Desafios na Construção de uma Parceria Estratégica”. Em seu pronunciamento, o presidente Hu Jintao pediu a aprovação mais breve possível do projeto das Parcerias Público-Privadas.

À noite, houve um banquete oferecido por Lula. Nessa ocasião, o presidente chinês não fez referências públicas às ambições da diplomacia brasileira de participar permanentemente do Conselho de Segurança da ONU⁸. Mas o presidente brasileiro aproveitou a oportunidade e declarou:

Ouvi com satisfação do presidente Hu Jintao palavras de estímulo a que o Brasil desempenhe um papel maior no cenário internacional, particularmente no âmbito das Nações Unidas. Entendemos ser essa uma manifestação favorável a que o Brasil participe como membro permanente dos trabalhos de um Conselho de Segurança reformado.

6 Baseado na agenda oficial do presidente Hu Jintao no Brasil.

7 LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à Imprensa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o presidente da China, Hu Jintao.** 2004.

8 BBC Brasil.com, em 13/11/2004.

No Rio de Janeiro, o presidente chinês desfrutou de um privilégio só oferecido ao Papa João Paulo II, em 1980. O Corcovado foi fechado por quatro horas para que a comitiva aproveitasse o passeio sem risco à segurança.

No Palácio das Laranjeiras, teve encontro reservado com a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho. Discutiram sobre o projeto de um gasoduto para transportar gás natural da Bacia de Campos para o Nordeste. A governadora pediu a construção de uma fábrica de tubos de aço no Rio. Ela informou que no país só há um grande fabricante, a Confab, em São Paulo, e que devido à expansão da malha de dutos, há grande demanda pelo produto. Rosinha ofereceu incentivos fiscais e a doação de um terreno para a fábrica⁹.

Em São Paulo, as visitas começaram por São José dos Campos, cidade que fica o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pelo projeto de satélites sino-brasileiro (ver capítulo 3, item 3.4). O presidente chinês também conheceu a sede da Embraer, passeou pelas instalações da companhia e foi presenteado com a réplica de um avião modelo ERJ-145, o mesmo que é produzido pela empresa na China.

Na capital paulista, o presidente Hu Jintao foi ao Memorial da Independência, no Ipiranga, e, apreciador da nossa flora, quis conhecer o Jardim Botânico. Ganhou do diretor do Instituto de Botânica, Luiz Mauro Barbosa, três aquarelas de flores brasileiras produzidas pelas ilustradoras Margaret Mee, Carmen Fidalgo e Maria Cecília Tomasi, um livro sobre bromélias, também de autoria de Mee, e o livro *Xingu*, dos irmãos Villas-Bôas.

O presidente Hu Jintao encontrou-se com o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes, onde discutiram como transformar São Paulo em uma plataforma para os produtos chineses no Brasil.

Nas cidades em que passou (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo), o presidente Hu encontrou-se com representantes da comunidade chinesa no Brasil. Na capital carioca, em uma reunião com cerca de 250 compatriotas, disse que “o Brasil será a porta de entrada dos investimentos chineses na América Latina”.

9 O Estado de S. Paulo, em 15/11/2004

Quadro A.3 - Atos em vigor assinados em 12/11/2004 com a República Popular da China

Atos em Vigor Assinados em 12/11/2004 com a República Popular da China	
1	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento
	O Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China . A solução de problemas de empreendimentos conjuntos deverão cumprir as regras da OMC e dos princípios da economia de mercado. As duas partes concordam em fortalecer a cooperação nas áreas de regulamentação e inspeção fito e zoonosológica, apoiarão ativamente as joint ventures. Irão desenvolver a cooperação no setor de tecnologia de informação, em especial no setor financeiro, infra-estrutura, energia, gás natural, proteção ambiental, meios de transporte, biotecnologia e mineração, entre outras áreas. Facilitarão o comércio de coque siderúrgico. Estimularão o interesse recíproco na promoção de investimentos em ambos países e o comércio bilateral. Em anexo, o lado chinês encorajará empresas chinesas a comprar 10 aeronaves fabricadas pelo empreendimento conjunto em 2005, em seguida à compra pela "China Southern Airlines" de todas as aeronaves fabricadas pelo empreendimento no primeiro ano de produção como resultado dos esforços realizados pelo lado chinês.
2	Memorando de Entendimento na Facilitação de Viagens de Grupos de Turistas Chineses ao Brasil
	Os chineses deverão designar as agências de viagem na China, autorizadas pela Administração Nacional de Turismo da China (CNTA), para organizar o turismo emissivo para o Brasil. A Parte Brasileira deverá designar ou recomendar as agências de viagens que operem em acordo com as regras Brasileiras e que estejam de acordo com critérios estabelecidos e interessadas em planejar viagens de grupos turísticos Chineses. Embaixadas e consulados devem realizar esforços no sentido de simplificar os procedimentos de solicitação de visto dos grupos de turistas.
3	Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves a ser Exportada do Brasil para a República Popular da China
	O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) será responsável pela inspeção e quarentena da carne de aves que será exportada para a República Popular da China e pela emissão de Certificados Sanitários. Será também responsável por fornecer as leis e regulamentações dirigidas aos estabelecimentos de abate e processamento, bem como pela inspeção e programas de quarentena, métodos, procedimentos e padrões para a carne de aves destinada à exportação. O MAPA também fornecerá à Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China (AQSIQ) modelos de selos de quarentena e de certificados sanitários. Apesar do Brasil ser livre da Influenza Aviária Altamente Patogênica, se ocorrer algum foco de uma doença ou de outras doenças epidêmicas malignas, que ameacem ou possam ameaçar a saúde das aves, o MAPA informará imediatamente a AQSIQ.
4	Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves Processada Termicamente a ser Exportada da República Popular da China para o Brasil
	A AQSIQ será responsável pela inspeção e quarentena da carne de aves processada termicamente que será exportada para a República Federativa do Brasil e pela emissão de Certificados Sanitários. A carne de aves processada termicamente congelada estará sujeita a inspeções e supervisões completas pelo Escritório de Inspeções de Entrada e Saída e Quarentena da República Popular da China (CIQ), desde a produção até o embarque para exportação, e somente será exportada mediante a confirmação das perfeitas condições sanitárias. O CIQ emitirá um certificado em chinês e português.
5	Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Bovina a ser Exportada do Brasil para a República Popular da China
	Acordo similar ao de aves, no entanto, com dados técnicos e características próprias. Trata das políticas de regionalização para a febre aftosa, bem como as informações sobre as medidas de inspeção e quarentena e as medidas de garantia sobre as áreas livres de febre aftosa com programa de vacinação. Estabelece que a AQSIQ, quando necessário, enviará um grupo de autoridades ao Brasil para verificar a atual situação da regionalização. O MAPA confirma oficialmente que o Brasil é livre de encefalopatia espongiforme bovina; peste bovina; pleuropneumonia contagiosa bovina, febre do Vale do Rift, peste dos pequenos ruminantes e dermatose nodular contagiosa.
6	Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Suína Processada Termicamente a ser Exportada da China para o Brasil
	Mecanismo de consulta mútua na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos alimentares, em harmonia com os princípios da Organização Mundial do Comércio. Brasil e China procurarão solucionar as não conformidades relacionadas à inspeção sanitária e fitossanitária, por meio do diálogo e troca de informações. Acordo similar ao de aves e carne bovina, no entanto, com dados técnicos e características próprias, como exigência de Identificação do produto, condições do tratamento térmico, condições pós-aquecimento e atestado sanitário.

Atos em Vigor Assinados em 12/11/2004 com a República Popular da China	
7	Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para Cooperação no Sistema de Aplicações CBERS
	Considera os termos do Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres, assinado entre Brasil e China, em Pequim, em 24/05/2004. As Partes acordam em estender o escopo do Programa CBERS para que incluam a distribuição de produtos CBERS a países outros. O documento POLÍTICA DE DADOS CBERS (anexo ao memorando de entendimento) define as diretrizes da política de dados para o Programa CBERS, as quais incluem provisões para a recepção, processamento e disseminação de imagens.
8	Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência Tecnologia do Espaço Exterior para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Cbers-2B
	Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência Tecnologia do Espaço Exterior para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Cbers-2B - Considera o fato de que o satélite CBERS-3 será lançado em 2008. As Partes fabricarão conjuntamente o satélite CBERS-2B, de modo a garantir o suprimento de imagens CBERS. A divisão de responsabilidades quanto ao trabalho de desenvolvimento e ao investimento será a mesma prevalente nos projetos CBERS-1 e CBERS-2, qual seja, de 70% para a China e 30% para o Brasil. Enquanto a Montagem, Integração e Testes do satélite CBERS-2B ocorrerá no Brasil, o seu lançamento se dará a partir da China através de um veículo lançador Longa Marcha. O custo do lançamento será dividido entre as Partes na mesma proporção que a dos projetos CBERS-1 e CBERS-2, e um contrato de lançamento será assinado entre a Corporação Industrial "Great Wall" da China e a contraparte brasileira. O acordo previa o lançamento do CBERS-2B para 2006. No entanto, em 13/04/2006, o INPE informou à imprensa o adiamento para 2007.

Fonte: Quadro organizado pelo autor com base em informações do portal do Ministério das Relações Exteriores

Capítulo II - Entraves e impasses no relacionamento bilateral: as crises entre 2003-2006

2.1 – Primeiro susto: o embargo da soja

Em meio à expectativa da preparação para a histórica visita da comitiva política e empresarial do Brasil à China, a imprensa noticiava a obstrução de soja brasileira em um porto chinês com alegação de que continha elementos tóxicos. Conforme informou a BBC¹⁰, no dia 28 de abril de 2004, “[a] carga de 59 mil toneladas [de soja] era transportada num navio que foi interceptado no porto de Xiamen, no sul da China. Teriam sido encontradas sementes tratadas com agroquímicos misturadas aos grãos.” Dois dias mais tarde, o episódio foi informado pela Administração Estatal de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AESQIQ) da China à embaixada brasileira em Pequim, assim como a decisão de suspender as importações de soja de três empresas brasileiras – Cargill, Irmãos Trevisan e Bianchini. Vale lembrar que pouco antes, no mês de março, a China já havia rejeitado um carregamento “contaminado” por produtos químicos.

A soja não foi aceita porque sementes para plantio tratadas com fungicidas, que não são recomendadas para seres humanos, teriam sido misturadas aos grãos para consumo não-contaminados. Alguns produtores rurais costumam adotar essa prática porque as sementes perdem o poder de germinação de um ano para o outro. Conseqüentemente, perde-se o investimento de aquisição. Ao misturar as sementes com o grão vendido, evita-se o prejuízo¹¹.

O fato é que embargo causou surpresa e mal-estar para a diplomacia brasileira. A atitude era completamente inesperada porque além dos discursos pró-China que ensaiavam-se na mídia por conta da viagem presidencial, as duas nações haviam assinado dias antes, em 19 de abril, um memorando para criar o Comitê Sino-Brasileiro de Cooperação em Agricultura¹². O presidente Lula havia recebido nesta data o vice-primeiro-

10 BBC Brasil.com, em 12/05/2004.

11 Folha Online, em 21/06/2004.

12 **PRESIDENTE Lula recebeu o vice-primeiro-ministro chinês Hui Liangyu.** Embaixada da República Popular da China. 2004.

ministro chinês Hui Liangyu. No encontro, o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Amauri Dimarzio, e o vice-ministro da Agricultura chinês, Zhang Baowen, firmaram o compromisso de ajuda mútua.

A crise estendeu-se e, um mês depois, em Pequim, no clima festivo dos compromissos oficiais, o presidente Lula teve que se dedicar a apaziguar o ânimo de algumas autoridades chinesas, que diziam-se revoltadas com os produtos químicos na soja, segundo Oliveira (2004, p. 100). A posição brasileira foi de assumir o erro. O presidente Lula declarou estar aborrecido com o episódio e que iria anunciar um aperto na fiscalização. Encarregou o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, da tarefa de resolver o problema de forma cordial. Por sua vez, o ministro lamentou o erro cometido por agentes econômicos brasileiros, considerou o caso excepcional e prometeu investigar com rigor.

As declarações irritaram produtores rurais brasileiros, que consideraram que “ao admitir a culpa de imediato, o governo entrava na negociação em posição desfavorável”, conforme afirmou o ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, Pedro de Camargo Neto¹³.

Alguns setores acusaram a China de que o boicote foi feito de maneira mal-intencionada. John C. Baize, presidente da consultoria norte-americana John C. Baize and Associates, afirmou que a decisão de devolver um carregamento de soja brasileira poderia fazer parte de uma manobra para baixar seus estoques internos e tentar reduzir o preço do produto no mercado internacional¹⁴. Para ele, as regras internacionais estipulam que impurezas de até 0,2% são toleráveis, mas os chineses decidiram praticar uma política de tolerância zero neste caso.

Em consonância com Baize, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Carlo Lovatelli, disse que, em 2003, os chineses importaram 6 milhões de toneladas de soja brasileira e não devolveram um navio sequer, o que demonstraria que o problema é comercial e não de qualidade da produção. "Eles compraram a preços elevados e depois as cotações caíram", declarou Lovatelli à Gazeta Mercantil.

¹³ Gazeta Mercantil, em 17/06/2004

¹⁴ BBC Brasil.com, em 21/05/2004.

No entanto, a condenação à China não foi unânime entre os produtores brasileiros. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) demonstrou acreditar que o caso, apesar de indesejado, é um fato isolado e compreensível. Para Gilman Viana, presidente da CNA, a quantidade de soja com fungicida no carregamento é realmente insignificante, mas não houve uma política indireta de reduzir as importações. “Como nosso comércio de soja com a China é expressivo, cabe a nós zelar pela satisfação do cliente”, disse em entrevista para a BBC.

O Ministério da Agricultura do Brasil, após estudar o problema e considerar as diversas opiniões, resolveu estipular novas regras: a soja só seria considerada boa para exportação se houver até um grão contaminado por quilo do produto. Os requisitos e procedimentos para certificação das condições higiênico-sanitárias da soja em grão destinada à comercialização interna, à exportação e à importação foram publicados por meio da Instrução Normativa nº 15, de 09 de junho de 2004, no Diário Oficial da União.

Mesmo assim, no dia 14 de junho, a China vetou a importação de mais 15 empresas de soja brasileira, por suspeitas de contaminação¹⁵. Entre as companhias proibidas de negociar o produto para a China estavam a Bunge Agrobusiness Singapore Ltda., a Glencore Importadora e Exportadora S/A e a Sumitomo Corp. do Brasil S/A.

As rígidas medidas chinesas eram acompanhadas de declarações que abriam espaço à diplomacia. Para Pequim, a resolução do problema fazia parte do crescimento da relação entre os dois países. “Como o Brasil é um país amigo da China, nós esperamos que, em assuntos desse porte, os dois lados possam lidar com o problema calmamente e resolver a questão com diálogo”, disse o porta-voz do ministério do Exterior da China, Zhang Qiyue¹⁶, no dia 17 de junho.

O governo do Brasil enviou uma missão à China com o objetivo de resolver o impasse de maneira definitiva. No dia 21 de junho, em uma longa reunião, de quatro horas e meia, os cinco representantes do governo chinês e os cinco do governo brasileiro decidiram dar livre entrada à soja brasileira na China novamente. Dentre os negociadores estavam o

15 BBC Brasil.com, em 14.06.2004.

16 BBC Brasil.com, em 17/06/2004.

então governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, o secretário gaúcho Odacyr Klein (Agricultura) e o secretário federal Maçao Tadano (Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura).

O resultado positivo da negociação ocorreu após 43 dias de embargo chinês à exportação de soja e não eliminou as perdas acumuladas que podem ter superado US\$ 1 bilhão, segundo estimativas do Ministério da Agricultura e associações ligadas aos agricultores. A Folha de S.Paulo afirmou que a China suspendeu embargo após forte baixa no preço da soja no mercado mundial, causada, entre outros fatores, pelo próprio veto chinês ao produto brasileiro¹⁷.

2.2 - Reconhecimento brasileiro da China como economia de mercado

O embargo da soja foi apenas o primeiro problema relevante nas relações sino-brasileiras entre 2003 e 2006. O episódio que gerou maior resistência do empresariado brasileiro, sem dúvida, foi o reconhecimento da China como economia de mercado pelo governo do Brasil. Temia-se uma "invasão dos produtos chineses", já que haveria maior dificuldade de vitórias brasileiras em processos *antidumping* contra empresas sediadas naquele país.

Um clima de terror em relação à China foi criado pela imprensa brasileira e explorado de forma sensacionalista com frequência. Apenas para citar um exemplo, a capa da revista Exame¹⁸, de maio de 2005, traz a ilustração de um gigantesco dragão vermelho torrando com uma labareda a cabeça de um pequeno periquito verde e amarelo, e escrito, em letras garrafais: "A CHINA QUE ASSUSTA". Internamente, o título da matéria principal diz: "A China vai conquistar o mundo. E sua empresa está na mira".

A campanha contra o reconhecimento da China como economia de mercado teve – e ainda tem – como mais notória opositora a Federação das Indústrias do Estado de São

¹⁷ Folha Online, em 21/06/2004.

¹⁸ Revista Exame, edição 842, em 11/05/2005

Paulo (Fiesp). A movimentação da entidade para anular o Memorando de Entendimento firmado entre os dois países baseia-se em três principais argumentos:

- 1) O acordo foi fechado sem a consulta aos setores econômicos;
- 2) A China apenas "manifestou intenções" de estreitar as relações com o Brasil; e
- 3) A competitividade brasileira é atingida negativamente pela política econômica, especialmente altas taxas de juros e valorização cambial¹⁹.

Essas tentativas de reverter a decisão brasileira ocorrem porque apesar de assinado em 2004, o memorando de entendimento que concede o *status* de economia de mercado à China ainda não havia sido internalizado pela legislação brasileira em abril de 2007 (data em que esse trabalho foi concluído). Não houve até agora, portanto, qualquer mudança de procedimento em relação à defesa comercial.

Para alguns, o medo dos empresários não se justifica. Nogueira (2006), em artigo para Carta da China, publicação do Conselho Empresarial Brasil-China, escreve que “vários especialistas vêm apontando que o impacto do status da China como economia de mercado será marginal nas ações *antidumping* aplicadas pelo Brasil. Em primeiro lugar, a concessão não impede o Brasil de abrir processos *antidumping* contra a China, mas implica que o tratamento será idêntico àquele dispensado às demais nações contra as quais aplicamos medidas de defesa comercial. Em segundo lugar, historicamente, os produtos chineses contra os quais o Brasil tem aplicado medidas *antidumping* são pouco relevantes para a pauta importadora (na casa de 1% do total importado da China), como no caso de magnésio metálico e em pó, alho, cadeados, canetas etc.”

A autora ainda coloca que mais da metade da produção da riqueza na China está hoje nas mãos de agentes privados, e que, portanto, a concessão seria justa. O setor não-estatal responde por cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) e por três quartos do total exportado. Em termos de formação de preços, segundo a OMC, cerca de 90% são formados por forças de mercado.

Nogueira acredita que “a concessão do status de economia de mercado - absolutamente relevante para o governo chinês, que busca um atestado formal de que o

¹⁹ Gazeta Mercantil, em 03/03/2005.

processo de reformas internas caminha no sentido do progresso alinhado e da integração com os mercados globais - é uma decisão política para os demais países, cujas implicações fundamentais são, igualmente, de ordem política”. Para ela, qualificar a China como uma “economia de mercado”, um “capitalismo de Estado” ou um “socialismo de mercado com características chinesas” dependerá da escola ideológica da qual o leitor vem.

Um ponto relevante e que merece destaque é que além da enorme capacidade de competição dos produtos chineses, a opinião pública brasileira, por má informação, confunde as importações chinesas com o contrabando e a pirataria²⁰. Precisa ficar claro que as importações provêm de relações comerciais entre as duas nações. Contrabando e falsificação são casos de polícia e devem ser combatidos com repressão e rigor legal. O crime não pode ser confundido de forma nenhuma com a balança comercial. O embaixador brasileiro em Pequim, Luiz Castro Neves, disse: “[e]xistem questões internas reconhecidas pelo governo que precisam ser atacadas. O produtor não pode se queixar só da China porque algo entrou em contrabando. Tem de se queixar da Alfândega, da polícia. Todos sabem que uma parcela dos produtos chineses entra no país via Ciudad del Este, no Paraguai, caracterizando um problema interno do Brasil.”²¹

2.3 – Defesa comercial

Para melhor compreensão dos mecanismos de defesa comercial a disposição do governo brasileiro, explica-se abaixo, de maneira geral, como funcionam os principais recursos, de acordo com as normas internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC). Podem ser elencados basicamente como práticas desleais de comércio (*dumping* e subsídios) ou como condições para que algum setor produtivo seja protegido temporariamente (salvaguardas).

A investigação para aplicação de defesa é de responsabilidade do Departamento de

²⁰ Richard Stallman, ideólogo do movimento pelo *Software* Livre, afirma que o termo pirataria é inadequado. Pirata é quem ataca navios. O que ocorre são cópias não-autorizadas de produtos.

²¹ O Estado de S. Paulo, em 16/02/2006.

Defesa Comercial (Decom) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A fixação de salvaguardas, de direitos *antidumping* e compensatórios, e a homologação de compromissos de preços, é de responsabilidade da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Definições utilizadas pelo Decom:

- **Dumping** – Considera-se que há prática de *dumping* quando uma empresa exporta para o Brasil um produto a preço de exportação inferior àquele que pratica para produto similar nas vendas para o seu mercado interno (valor normal). Desta forma, a diferenciação de preços já é por si só considerada como prática desleal de comércio.
- **Subsídios** – Entende-se como subsídio a concessão de um benefício, em função das seguintes hipóteses: 1) caso haja, no país exportador, qualquer forma de sustentação de renda ou de preços que, direta ou indiretamente, contribua para aumentar exportações ou reduzir importações de qualquer produto; ou 2) caso haja contribuição financeira por um governo ou órgão público, no interior do território do país exportador. E que com isso se confira uma vantagem ao exportador. Assim, considera-se que existe subsídio quando o produtor ou exportador se beneficia com alguma ajuda financeira ou econômica do Estado, oferecida diretamente ou através de uma empresa privada que lhe permita a colocação de seus produtos no mercado externo a um preço inferior.
- **Salvaguardas** - As medidas de salvaguarda são medidas de "urgência" aplicadas contra as importações de produtos determinados, independentemente de sua procedência, e que podem ser aplicadas unicamente durante o período necessário para prevenir ou reparar o dano e facilitar o reajuste da indústria nacional.
- **Medidas Compensatórias** - Caso a indústria doméstica de um país sofra dano em decorrência de importações de produtos similares realizadas a preço de *dumping*

podem ser aplicados direitos *antidumping*; e em caso de os produtores de um país concorrerem com importações de produtos similares que recebam subsídios governamentais para sua produção e/ou exportação podem ser adotados direitos compensatórios. No caso de *dumping*, aplica-se Direitos *antidumping*. No caso de subsídios, direitos compensatórios.

Além das medidas utilizadas pelo Decom, o Brasil poderia fazer como os Estados Unidos e Canadá, e usar a própria legislação da China para sua proteção. CARDOSO (p. 104) expõe que o protocolo de adesão da China à Organização Mundial do Comércio contemplou importantes disposições para instrumentos de defesa para importações originárias da China, pois o país admitia viver uma fase de transição, sendo revogadas temporariamente normas da OMC, permitindo fiscalizações mais rigorosas aos fluxos de exportação de mercadorias.

O autor diz que norte-americanos e canadenses já internalizaram em suas legislações o mecanismo transitório de salvaguardas para produtos específicos chineses (*Transitional Product-Specific Safeguard Mechanism*), listado no item 16, da Parte I, do Protocolo de Acesso da RPC (WT/L/432). O dispositivo permite a adoção de salvaguardas somente para a China.

2.4 – Contenciosos comerciais Brasil x China

A preocupação do empresariado brasileiro com os produtos chineses encontra respaldo se analisarmos os documentos atuais de contenciosos comerciais do Brasil. Ao considerar as tabelas do MDIC “Direitos *antidumping* e Medidas de Salvaguardas em Vigor” (Quadro B.1) e “Investigações em Curso” (Quadro B.2), nota-se que a China é o país mais citado em ambas.

Em fevereiro de 2007, haviam 51 medidas de defesa comercial contra vários países. Destas, 13 eram contra a China, que liderava a lista em primeiro lugar. Os EUA e a Índia vinham em segundo, com 4 medidas contrárias cada. Em terceiro, ficam Argentina e México, com três. Ao observar as “investigações em curso” para aplicação de medidas, o número impressiona: de 25 processos, 15 são contra a China.

Tal realidade incomoda as autoridades chinesas. O ex-cônsul comercial da China em São Paulo, Zhang Jisan declarou²², em 2005, que os pedidos de salvaguardas contra produtos chineses por alguns empresários se deve à falta de conhecimento das relações comerciais entre os dois países. Os dados e informações em que se baseiam os brasileiros são antigos, obtidos na maioria das vezes na Internet, de fontes desatualizadas. “O desenvolvimento econômico do meu país pode ser comparado a uma corrida de 500 km diários. Os aspectos mudam muito do dia para a noite. Os empresários precisam conhecer melhor a China”, afirmou.

Zhang diz que barreiras desse tipo favorecem o contrabando e que evitar a concorrência por meio de defesa comercial não é uma solução usada com êxito nos mercados globais, não devendo ser a regra. Em sua opinião, “sempre haverá mais mercado para os produtos com melhor qualidade e com menor preço. Os produtores brasileiros devem considerar mais o interesse dos consumidores. A saída é investir na renovação de tecnologia para obter mais mercado.”

22 Em CASTRO, Daniel. **Brasil-China: uma grande parceria, sim!** 2006, p.75.

Quadro B.1 - Direitos *antidumping* e medidas de salvaguardas em vigor – Fev. 2007

	Produto	País	Medida	Direito Aplicado	Vigência do Direito
1	Lápis de Mina de Grafite e de Cor	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 6, de 07.02.03 - D.O.U. de 12.02.03	201,4% 202,3%	12.02.2008
2	Glifosato	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 5, de 07.02.03 - D.O.U. de 12.02.03	35,8%	12.02.2008
3	Pneumáticos novos, de borracha, para bicicleta	Índia, Tailândia e China (RPC) (ver linha 11)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 37, de 18.12.03 - D.O.U. de 19.12.03	US\$ 0,08/Kg US\$ 0,31/Kg	19.12.2008 (Em 19.01.2004, o direito foi suspenso para a Índia).
4	Cogumelos	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 36, de 18.12.03 - D.O.U. de 19.12.03	US\$ 1,05/Kg	19.12.2008
5	Ímãs permanentes de ferrite em forma de anel	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 15, de 02.06.04 - D.O.U. de 03.06.04	43%	03.06.2009
6	Carbonato de bário	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 19, D.O.U. de 01.07.04	US\$ 105,17/t	01.07.2009
7	Magnésio metálico	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 27, D.O.U. de 11.10.04	US\$ 1,18/Kg	11.10.2009
8	Magnésio em pó	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 28, D.O.U. de 11.10.04	US\$ 0,99/Kg	11.10.2009
9	Garrafa Térmica (Revisão)	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 22, D.O.U. de 19.07.05	47%	19.07.2010
10	Ventiladores de mesa (Revisão)	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 25, D.O.U. de 07.08.01 Em 07.08.06 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão	45,24%	Direito vigorará enquanto perdurar a revisão
11	Pneumáticos novos, de borracha, para bicicleta	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 37, de 18.12.03 - D.O.U. de 19.12.03 Em 03.11.06 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão	US\$ 0,15/Kg	Direito vigorará enquanto perdurar a revisão
12	Cadeados	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 38, de 18.12.03 - D.O.U. de 04.12.01 Em 30.11.06 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão	60,3%	Direito vigorará enquanto perdurar a revisão
13	Alhos	China (RPC)	Aplicação de direito <i>antidumping</i> definitivo -Resolução CAMEX nº 41, D.O.U. de 21.12.01 Em 14.12.06 foi aberta investigação de revisão, ficando mantido em vigor o direito enquanto perdurar a revisão	US\$ 0,48/Kg	Direito vigorará enquanto perdurar a revisão

Fonte: Decom – Secex – MDIC. Da tabela original manteve-se apenas a China. As outras nações foram excluídas pelo autor.

Quadro B.2 - Investigações em curso

	PRODUTO	PAÍS	PETICIONÁRIO	DATA DE ABERTURA	SITUAÇÃO ATUAL
1. 2.	Leite em pó (R)	Nova Zelândia UE	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA	21.02.06	Aguardando deliberação
3. 4. 5. 6.	MMA®	Alemanha Espanha França Reino Unido	Proquigel Química S.A.	20.03.06	Aguardando deliberação
7.	Ferros elétricos de passar	China	Black & Decker do Brasil Ltda. e Philips do Brasil Ltda.	18.04.06	Aguardando manifestações finais
8. 9.	Chapas pré- sensibilizadas de alumínio	China EUA	IBF – Ind. Brasileira de Filmes e AGFA – Gevaert do Brasil Ltda.	18.04.06	Elaboração de Nota Técnica
10.	Ventiladores de mesa (R)	China	Arno S.A., Britânia, Eletrodomésticos S.A. FAET S.A., M.L. do Nordeste Ltda.	07.08.06	Análise das informações obtidas na verificação <i>in loco</i> .
11.	Escovas para cabelo	China	SIMVEP	15.09.06	Elaboração de nota técnica
12.	Alto-falantes	China	Bravox S.A. Ind. e Com. de Eletrônicos, Eletrônica Selenium S.A.	15.09.06	Solicitação de informações complementares
13.	Armações de óculos, com ou sem lentes corretoras	China	SINIOP	15.09.06	Solicitação de informações complementares
14.	Óculos de sol	China	SINIOP	15.09.06	Solicitação de informações complementares
15.	Árvores para decoração de Natal	China	Indústria Mancini S.A.	26.09.06	Solicitação de informações complementares
16.	Bolas para árvore de Natal	China	Indústria Mancini S.A.	26.09.06	Solicitação de informações complementares
17.	Talhas manuais	China	ABIMAQ	28.09.06	Solicitação de informações complementares
18.	Cartões semi-rígidos (R)	Chile	Cia. Suzano de Papel e Celulose, Klabin S.A. e Papyrus Ind. de Papel.	30.10.06	Análise das respostas dos questionários
19.	Pneus para bicicletas (R)	China	ANIP SINPEC	03.11.06	Análise das respostas dos questionários
20.	Brocas de encaixe	China	Ascamp Ind. Metalúrgica Ltda.	24.11.06	Análise das respostas dos questionários
21.	Cadeados, exceto para bicicletas (R)	China	Papaiz Ind. e Com. Ltda. e PADO S.A. Ind. Com. e Importadora	30.11.06	Análise das respostas dos questionários
22.	Pedivelas para bicicletas	China	SIMEFRE	08.12.06	Análise das respostas dos questionários

23	Alhos frescos ou refrigerados (R)	China	ANAPA	14.12.06	Análise das respostas dos questionários
24. 25.	Resinas Policarbonato	EUA UE	Policarbonatos do Brasil S.A.	24.01.07	Análise das respostas dos questionários

(R) Revisão

Fonte: Decom – Secex – MDIC
Tabela publicada em 31.01.07

2.5 – A ameaça dos brinquedos

O setor de brinquedos brasileiro é um dos mais sensíveis à entrada dos produtos chineses. Cerca de 75% dos brinquedos do mundo são atualmente fabricados na China, de acordo com dados do *Hong Kong Development Council*.²³ Há desde brinquedos muito baratos e de má qualidade até mercadorias com tecnologia de ponta, mas também com preços baixos.

Os fabricantes brasileiros de brinquedos enfrentam o problema há anos. Ocorre que até 2006, estavam parcialmente protegidos por salvaguarda (NCM 9501 a 9504.10.10, aberta em 19/09/1996), que permitiu ao Brasil aplicar sobretaxas aos brinquedos, de qualquer país, por dez anos. Apesar de atingir todas as nações, a medida tinha como objetivo principal evitar o impacto das importações chinesas.

Um ano antes de expirar a salvaguarda, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) começou a movimentar-se. Em abril de 2005²⁴, o presidente da entidade, Synésio Batista da Costa, criticou “a enxurrada de produtos chineses que estão fechando nossas indústrias e varrendo milhares de empregos”. Ele pediu o fim do que chamou de “importações subfaturadas”, que estariam dilapidando o setor há anos, juntamente com a pirataria e o contrabando.

Segundo dados da Abrinq, nesse ano, o preço médio no mercado internacional para o quilo nas importações de brinquedos chineses era da ordem de US\$ 10, mas no Brasil esse valor despencava para US\$ 3,40. Foram importados 18,8 mil toneladas de brinquedos,

²³ <http://www.tdctrade.com>

²⁴ Universo Online - Canal Executivo, 2005.

um total de US\$ 63 milhões. Em 2003, o valor foi menor; US\$ 2,70.

Outra reclamação era o fato de que empresas que não seriam do ramo de brinquedos, apareciam em listas das delegacias da Receita Federal, nos portos e aeroportos, como importadores desse tipo de produto. Caracterizavam-se como “empresas laranjas” e traziam um volume enorme de brinquedos de marcas tradicionais.

Impedido pelas regras da OMC, o Brasil não poderia voltar renovar a salvaguarda, o que exigiria uma outra solução para o problema. O MDIC passou a articular uma saída que não envolvesse diretamente o governo brasileiro. A solução foi intermediar acordos de ajustes de volumes de importação fechados pelo setor privado. Após muita negociação, em agosto de 2006, fabricantes de brinquedos brasileiros e chineses chegaram a um consenso; a participação de produtos da China no mercado brasileiro será de 40% até 2010²⁵.

O acordo baseou-se no número de importações de brinquedos chineses, que em 2005, chegou a US\$ 90 milhões. Não foi definido um valor em termos absolutos porque, caso o mercado brasileiro voltasse a crescer, os chineses poderiam exportar mais, respeitando o limite de 40%.

Dessa forma, apenas orientado pelo governo brasileiro, o acordo foi assinado pela Abrinq, pela Associação de Brinquedos da China (CTA) e pela Câmara de Comércio da China para a Importação e Exportação de Produtos Industriais Leves e Artefatos Artesanais. Ficou acertado que a cada seis meses seria feita uma avaliação da evolução do mercado. Definiu-se também que os brinquedos chineses devem ser certificados pelo Inmetro, o que é uma forma de evitar que produtos muito baratos e sem qualidade cheguem às crianças brasileiras.

2.6 – A restrição aos produtos têxteis

Aceitar a limitação dos brinquedos foi uma derrota para o governo chinês, que estava relutante em ceder. A China já havia negociado restrições voluntárias para produtos têxteis com Brasil, Estados Unidos e União Européia, e não queria mais abrir precedentes.

²⁵ O Estado de S. Paulo, em 19/08/2006.

Produtora de 17% dos têxteis no mundo, com um moderno maquinário, preocupação contínua com a melhoria da qualidade e investimentos maciços em treinamento e capacitação, o país asiático transformou suas indústrias do ramo nas décadas de 80 e 90. Hoje, há desde pólos gigantescos a pequenas fábricas consagradas no mercado internacional. Paul Liu, presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico, afirma que “não há mais como comparar o parque industrial têxtil da China com o de nenhum outro país.”²⁶ Sem conseguir concorrer com a capacidade produtiva chinesa de têxteis, alguns países reagiram a essa situação com protecionismo econômico.

Nos EUA²⁷, as cotas de importação que restringiam a entrada de têxteis chineses expiraram em janeiro de 2005. Apenas 4 meses exposto à concorrência, o mercado norte-americano assistiu ao crescimento de 1350% na importação de camisetas de algodão, 1500% em calças e 366% em roupas íntimas. Ao verificar tais números, o governo do presidente George W. Bush reagiu e anunciou novas medidas restritivas em maio.

Seguindo os passos dos EUA, a União Européia também buscou aplicar restrições aos têxteis chineses. Após meses de negociações, estabeleceu, em junho de 2005, um acordo de limites quantitativos para as exportações de determinadas categorias de produtos têxteis até o fim de 2007.

Autoridades chinesas, como o premiê Wen Jiabao, chegaram a afirmar que as medidas restritivas praticadas pelos Estados Unidos comprometeriam o desenvolvimento de uma relação comercial saudável entre os dois países. Técnicos do Ministério do Comércio da China cogitaram retaliar os norte-americanos com base nas regras da OMC. A Associação de Importação e Exportação de Produtos Têxteis da China afirmou que as limitações dos EUA e União Européia prejudicariam e abalariam o entusiasmo e confiança do setor têxtil chinês. Os produtores poderiam deixar de apoiar a participação do governo da China em negociações comerciais multilaterais.²⁸

Também sentindo-se ameaçado pela concorrência chinesa e percebendo a movimentação internacional, o Brasil juntou-se ao grupo de nações que restringem

26 CASTRO, 2006, p. 94

27 Portal do PCdoB, em 17/05/2005.

28 Portal do Consulado Geral da República Popular da China no Rio de Janeiro, 2005.

importações de têxteis da China, que totalizaram US\$ 153 milhões em 2003, passando para US\$ 251 milhões em 2004 e chegando a US\$ 360 milhões em 2005 (um aumento de 43%).

Em março de 2006, Brasil e China assinaram um acordo de autolimitação de exportação de produtos têxteis, que estabelece o veto voluntário de 76 itens (correspondente a 60% das importações). As vendas deverão se manter dentro dos limites fixados pelos dois países até 2008. Tal acordo foi uma continuidade e confirmação de um Memorando de Entendimento, que já havia sido assinado entre os dois países um mês antes, em fevereiro, e definia cotas para a entrada de alguns têxteis chineses no Brasil.²⁹

Tabela B.3 - Produtos abrangidos pelo acordo têxtil Brasil-China

Categorias de Produtos Têxteis e de Vestuário	Níveis Acordados				
	2006 (Taxa de Crescimento)	2007 (Taxa de Crescimento)	2007 (quantidade em toneladas)	2008 (Taxa de Crescimento)	2008 (quantidade em toneladas)
Veludo	12,5%	15%	580	20%	696
Bordados	12,5%	15%	317	25%	396
Camisetas de malha	12,5%	15%	2.153	25%	2.691
Fios texturizados	12,5%	15%	21.196	20%	25.435
Tecidos sintéticos	12,5%	15%	55.569	20%	66.683
Sobretudos e mantos	12,5%	15%	7.879	20%	9.455
Suéteres e pulôveres	8%	9%	1.275	10%	1.402
Tecidos de seda	8%	9%	66	10%	73

Fonte: Apex-Brasil. Modificada pelo autor, privilegiando dados de relevância para esse trabalho

Vale registrar que o Brasil não foi o último país a restringir as importações têxteis da China. Em setembro de 2006, foi a vez da África do Sul, que limitou mais de 200 tipos de produtos; peças de vestuário feitas em material de ganga, roupa para crianças, camisas, calças, uniformes escolares, roupa interior, lençóis, cortinas, entre outros.

Os argumentos sul-africanos para a decisão é semelhante ao das outras nações. Em quatro anos, diversas empresas ligadas ao setor dos têxteis viram-se forçadas a despedir mão-de-obra, e algumas tiveram de fechar as portas. Cerca de 67 mil trabalhadores teriam

²⁹ Portal da APEX-Brasil, 2006.

perdido os seus postos de trabalho desde 2002³⁰. Os dados são do Sindicato Sul-Africano dos Trabalhadores da Indústria de Vestuário e Têxteis.

2.7 – Os investimentos que não vieram

Os embargos e as limitações não foram os únicos problemas econômicos nas relações entre China e Brasil nos quatro primeiros anos do governo Lula. A maior decepção foi por conta de promessas não cumpridas de diversos investimentos, que nunca chegaram, apesar de bastante alardeados na época das duas visitas presidenciais.

Os investimentos ainda podem se concretizar, mas há cada vez menos esperança de que um dia se efetivem. No final do primeiro mandato, em uma entrevista³¹, o chanceler Celso Amorim admitiu que neste ponto, a parceria “não correspondeu ao que esperávamos”.

Há relativo consenso em economia que o termo “investimento” significa a aplicação de algum tipo de recurso (dinheiro ou títulos) com a expectativa de receber algum retorno futuro superior ao aplicado compensando inclusive a perda de uso desse recurso durante o período de aplicação (juros ou lucros, em geral ao longo prazo). Para investimento estrangeiro, considera-se a aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas, governos, ou indivíduos de outros países. Mesmo que nos palanques políticos o termo “investimento” tenha sido utilizado incorretamente, o resultado foi pífilo.

Mais de um ano depois da viagem do presidente Lula à China, de US\$ 5 bilhões prometidos, apenas US\$ 25 milhões entraram no Brasil, somando RPC, Hong Kong e Macau (ver tabela B.4). O número é desanimador mesmo em relação aos anos anteriores: US\$ 61 milhões em 2001; US\$ 22,5 milhões em 2002; US\$ 26,2 milhões em 2003; e US\$ 19,8 milhões em 2004.

30 Canal de Moçambique, 2006.

31 Revista Época, em 17/12/2006.

Tabela B.4 - Investimentos estrangeiros diretos / Distribuição por origem dos recursos

US\$ milhões

País	Estoque*		Ingressos**				
	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
China, República Popular	27,9	37,74	28,08	9,74	15,51	4,35	7,56
Formosa (Taiwan)	0,0	3,27	12,31	13,41	10,31	4,32	3,69
Hong Kong	12,46	18,64	33,01	12,35	10,62	15,49	17,45
Macau	0,0	0,0	0,0	0,49	0,9	0,0	0,0

* Dados do Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995 e 2000)
 Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.

** Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto
 Conversões em dólares às paridades históricas.
 Fonte: Banco Central do Brasil.
 Outras nações foram excluídas pelo autor.

Apesar das declarações de decepção do autoridades brasileiras, o parco ingresso de investimentos podem não ser culpa exclusiva dos chineses³² As estimativas feitas sobre os investimentos em ferrovias, siderurgia, mineração e energia elétrica, consideravam as Parcerias Público-Privadas (PPP's) como instrumento importante.

As PPP's são uma modalidade de contratação em que o ente público atribui serviços ou empreendimentos públicos ao setor privado, mediante compartilhamento de riscos e financiamento obtido pelo próprio setor privado. A contratação do parceiro privado é via licitação pública.

A idéia inicial era que empresas chinesas associariam-se a empresas nacionais por meio da constituição de consórcios ou outros arranjos societários, e conjugar esforços para alocar recursos em projetos de infra-estrutura da administração pública, amparados pelas Parcerias Público-Privadas.

Apesar de o presidente Lula ter sancionado a Lei das PPP's (nº 11.079), em dezembro de 2004, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou os editais da primeira licitação do governo federal por meio do modelo de Parceria Público-Privada apenas em fevereiro de 2007, no caso a concessão, na Bahia, da BR-116 e da BR-324. O Ministério do Planejamento espera fazer o leilão ainda no 1º semestre, inaugurando o novo mecanismo.

32 FELIZARDO; FONSECA; JUNQUEIRA, 2005, p. 285

Por mais que a parte chinesa possa ser acusada de descumprir os acordos e de abusar da retórica durante as mesas negociais, a morosidade do setor público brasileiro também não pode se eximir da responsabilidade.

2.8 – A candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas: a falta do apoio chinês

Se os problemas econômicos deram o tom das crises, impasses e entraves das relações sino-brasileiras no período estudado, do ponto de vista da política externa, o que mais causou constrangimento no Itamaraty foi a posição chinesa em relação à reforma das Nações Unidas.

A chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República colocou a conquista de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU como questão prioritária. A política mais assertiva do governo Lula deu ao Brasil mais projeção internacional do que no passado, o que proporcionou uma união com Alemanha, Japão e Índia (formando o G4) para impulsionar a reforma da organização internacional.

Ao contrário do que esperava a diplomacia brasileira, a China anunciou, em junho de 2005³³, que seria contra a proposta de ampliação do Conselho de Segurança pelo G4. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim declarou sua decepção abertamente³⁴. Para ele, "à maneira oriental", a China havia manifestado apoio à pretensão brasileira de ter assento permanente.

O governo brasileiro esperava uma retribuição por ter reconhecido a China como economia de mercado, e por ter mudado de posição na Comissão de Direitos Humanos da ONU, votando contra a resolução anti-China, proposta pelos EUA, denominada "Situação dos Direitos Humanos na China" (E/CN.4/2004/L.37). O texto proposto acusava a China de severas restrições às liberdades de reunião, associação, expressão, consciência e religião; processos legais com pouca transparência e que continuam falhos em relação às normas

33 Folha de S. Paulo, em 03/06/2005.

34 O Estado de S. Paulo, em 19/08/2006.

internacionais; prisões e sentenças duras para os que procuram exercer seus direitos fundamentais, incluindo Tibet e Xinjiang; e encorajava a China a permitir visitas da ONU e ampliar a cooperação internacional na questão. O apoio do Brasil colaborou com o resultado vitorioso para os chineses: a Comissão de Direitos Humanos contabilizou 28 votos a favor da China, 16 contra e 9 abstenções.

A posição chinesa de breçar a reformar da ONU, evidentemente, não teve como objetivo prejudicar o Brasil, mas por considerar inaceitável a entrada do Japão, que invadiu a China na década de 30 do século XX e foi responsável pela morte de cerca de 20 milhões de pessoas. Há também restrições dos chineses à entrada da Índia no Conselho.

Os brasileiros contra-argumentam que a China poderia ter apoiado a resolução do G4 que reforma o conselho, pois o Japão poderia ser vetado no momento da eleição dos novos membros do organismo. A proposta ampliava de 5 para 11 o número de integrantes permanentes do conselho, sem indicar nomes. Se a resolução fosse aprovada, os novos membros seriam eleitos posteriormente, em suas respectivas regiões. Mas a China não apenas se opôs, como trabalhou ativamente para que o projeto do G4 fosse derrotado.

O ganho político para a China em agradar o Brasil seria extremamente pequeno comparado ao risco de o Japão entrar no Conselho. A população chinesa não perdoa a invasão da Manchúria, em 1931 e a guerra aberta que se iniciou seis anos depois, em 1937. As forças nacionalistas de Chiang Kai-Chek e os comunistas de Mao uniram-se contra o inimigo estrangeiro.

O governo chinês considera até hoje que o Japão não se desculpou oficialmente de seus crimes de guerra. A situação foi agravada pelas freqüentes visitas do ex-primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi (2001-2006), ao santuário Yasukuni, onde estão os mortos na Segunda Guerra, entre os quais centenas de criminosos condenados. Cada visita de Koizumi ao santuário era noticiada com destaque pela imprensa chinesa.

Em abril de 2005, violentos protestos ocorreram na China, contra a possibilidade do Japão se tornar membro permanente do Conselho. Representações diplomáticas japonesas chegaram a ser atacadas com pedras e ovos nas principais cidades chinesas. Os protestos

se repetiram por três finais de semana subseqüentes.

Importante lembrar que combater o Japão na guerra foi que garantiu o assento permanente à China. Com a vitória da revolução comunista, em 1949, a província rebelde de Taiwan, passou a exercer o posto. As forças nacionalistas do Kuomintang tomaram a ilha de Formosa e, de Taipei, mantiveram-se como representantes na ONU, mesmo com toda a China continental sendo governada pelas forças de Mao Zedong.

Apenas em 1971, após o afastamento sino-soviético da década de 60, os EUA concordaram com a votação na ONU para conceder a Pequim o assento chinês. Os objetivos comuns de Nixon e Mao eram fazer frente às ambições soviéticas no continente asiático e esvaziar a chantagem nuclear. Os chineses teriam ainda acesso à algumas tecnologias norte-americanas para contrapor a hegemonia soviética.³⁵

A resolução do G4 para a reforma do Conselho de Segurança sofreu restrições não apenas por parte da China. O Paquistão não aceita de forma alguma um assento para a Índia e a pretensão da Alemanha não é vista com bons olhos por outros países europeus. No entanto, o Itamaraty continuará a buscar a vaga permanente do Conselho para o Brasil. Alguns diplomatas brasileiros afirmam que conseguir o assento é “questão de tempo”.

Desde a época do Conselho Executivo da Liga das Nações, o Brasil esforça-se para compor de forma fixa a instância multilateral decisória maior, com o objetivo de ampliação de prestígio regional, como expõe Arraes (2002).

Em 1922, com a ausência dos EUA na Liga das Nações, o Brasil batalhou para representar o continente americano, mas não teve apoio da França, Reino Unido ou países da América Latina. Ao não conseguir tornar-se membro perpétuo da principal instância decisória, o Brasil deixou a organização, em 1926.

Nos debates de criação da Organização das Nações Unidas, em 1944, o Brasil pleiteou o assento permanente, com apoio dos norte-americanos, pois possuía território continental, população, potencial de desenvolvimento e era um dos vencedores da Segunda Guerra Mundial.

Novamente, não houve apoio britânico. A União das Repúblicas Socialistas

³⁵ STORY, 2004, p. 65

Soviéticas (URSS) também apresentou forte oposição, em parte, pela ausência de relações diplomáticas formais desde 1918, motivado pelo anticomunismo da elite brasileira. Em novembro, o Brasil mudou a estratégia e trabalhou para ser membro temporário, como alternativa.

A Conferência de San Francisco, em abril de 1945, derrubou todas as esperanças, já que os latino-americanos, como no passado, mantiveram-se sem apoiar o Brasil. Curioso observar que na primeira Assembléia Geral (1946), o Brasil foi mais votado para ocupar uma vaga rotativa.

A Guerra Fria congelou as pretensões de reforma do Conselho de Segurança. Com a queda do muro de Berlim e o colapso da URSS, a idéia voltou a ser cogitada. Na abertura da 44ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1989, o Brasil proporia alargamento da composição do Conselho de Segurança, com vistas a uma participação mais efetiva dos Estados periféricos.

O neoliberalismo do período Collor-Cardoso (1990-2002) pôs fim à postura desenvolvimentista brasileira, privilegiou uma abertura irresponsável da economia e buscou alinhar-se com os EUA, o centro de poder, a fim de encaixar-se na nova ordem internacional. Para agradar os norte-americanos, em 1990, o Brasil anunciou o fim do projeto de eventuais explosões nucleares. Em 1997, assinou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

A decisão é correta do ponto de vista de proteção do meio ambiente, questão cada vez mais importante nas agendas brasileira e internacional. Ocorre que armas nucleares já estavam descartadas desde 1988, pois o artigo 21 da Constituição Brasileira garante que “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional”. No entanto, não se pode negar que a adesão ao TNP dificultou ainda mais o acesso brasileiro a um recurso de poder comum a todos os atuais membros permanentes do Conselho de Segurança.

Deficiente de potencial bélico, o governo Itamar Franco manteve a aspiração ao ingresso permanente como representante regional ou periférico/em desenvolvimento.

Apresentava ao mundo o Brasil como "potência civil", com credenciais de democracia, pacifismo, juridismo e multilateralismo.

O debate da reforma do conselho se estendeu durante toda a década de 90 e várias propostas foram apresentadas. À frente do governo brasileiro na maior parte desse período, a tônica da política externa pode ser expressa na seguinte frase do presidente Fernando Henrique Cardoso: “nesse processo, não se cabalam votos. Ou o país se credencia para o posto ou não. Nós achamos que o Brasil se credencia”. Cardoso afirmava ter o apoio do presidente Bill Clinton, mas após 8 anos a frente de um governo de posições alinhadas quase automaticamente também não obteve sucesso.

Capítulo III - Ampliação das trocas bilaterais e pontos positivos da parceria Brasil-China

Uma prova do crescimento do interesse mútuo entre os dois povos foi a mostra "Guerreiros de Xi'an e os Tesouros da Cidade Proibida", que ficou em cartaz entre fevereiro e junho de 2003, por 109 dias, no parque do Ibirapuera, em São Paulo, e foi encerrada após um público recorde de 817 mil pessoas. Inaugurada pelo presidente Lula em 20 de fevereiro³⁶, a exposição trouxe ao Brasil estátuas de 11 soldados e dois cavalos em terracota, desenterradas em 1974, após dois milênios sob o solo, e objetos das dinastias Hang, Tang, Ming e Qing.

Nesses quatro anos, Brasil e China viram crescer muito os grupos de turismo, principalmente de negócios, com interesse em feiras e congressos. Diversas missões políticas, diplomáticas e econômicas cruzaram o globo em busca de oportunidades comerciais.

A seguir, a Quadro C.1 faz uma síntese de compromissos firmados pelos governos do Brasil e da China, a partir de diversos encontros políticos:

36 Folha de S. Paulo, em 20/02/2003.

Quadro C.1 - Atos em vigor assinados com a República Popular da China em 2005-2006

Atos em Vigor Assinados em 2005-2006 com a República Popular da China	
1	Memorando de Entendimento em Cooperação Industrial
	Tem como objetivo facilitar a troca de informação e de mútuo entendimento sobre as políticas e questões nos setores industriais, e para promover o investimento e o comércio, principalmente nas áreas de Metalurgia, recursos minerais, tais como minério de ferro, minério de bauxita, minério de cobre, etc; Álcool combustível; Cadeia de processamento de produtos agrícolas e seus derivados; Construção Civil; Indústrias das Tecnologias da Informação; Indústria Biológica e Indústria Aeronáutica e Espacial. O acordo cria três Grupos de Trabalho em Indústria Mineiro-metalúrgica, Etanol e em Indústrias das Tecnologias da Informação. Foi assinado em setembro de 2005.
2	Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental
	Tem como objetivo a parceria nas áreas: Manejo de áreas protegidas; Proteção da qualidade da água; Energias renováveis; Leis, regulamentação, políticas e normas para o uso dos recursos naturais e para a proteção ambiental; Uso sustentável da biodiversidade; Promoção da educação ambiental e aumento da conscientização pública sobre a questão sócio-ambiental; e Proteção do ambiente costeiro e marinho. Foi assinado em setembro de 2005.
3	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação da Biodiversidade Florestal
	A cooperação cobre as áreas de Restauração e conservação da biodiversidade em ecossistemas florestais degradados; Desenvolvimento e manejo de reservas florestais naturais; Proteção, cultivo e uso sustentável dos recursos naturais florestais ameaçados de extinção; Cultivo, proteção e manejo sustentável de florestas; Pesquisa e redes de pesquisa sobre ecossistemas florestais; e Educação, treinamento e gestão florestal. Foi assinado em outubro de 2005.
4	Programa Executivo de Cooperação Educacional para os anos de 2006 a 2008
	Para intensificar a cooperação e o intercâmbio de um acordo de cooperação assinado em 1985. Em três anos, serão estimuladas visitas de delegações dos respectivos Ministérios da Educação; Visitas mútuas de reitores, especialistas e gestores escolares; o estabelecimento de Centro de Estudos Brasileiros nas universidades chinesas e o estabelecimento de Centro de Estudos Chineses nas universidades brasileiras; Difundir o ensino da língua chinesa no Brasil e da língua portuguesa na China, com o envio de professores que lecionarão nas universidades de cada país e colocando à disposição material didático e multimídia. A reunião ocorreu em Pequim, em novembro de 2005.
5	Infra-estrutura
	Aprofundar a cooperação bilateral no âmbito da infra-estrutura de construção, nos campos da energia elétrica, conservação de recursos hídricos, petróleo, gás natural, etc., assim como o intercâmbio de tecnologias, informação, conhecimento e treinamento vocacional nesses campos. Prevê projetos entre as empresas Petrobras e Sinopec, como o Gasene - Gasoduto Para Transporte de Gás Natural, e Eletrobrás e CITIC Group, como a modernização dos Parques Térmicos dos sistemas associados de transmissão de Manaus e Macapá e de outros sistemas em cidades isolados do Norte do Brasil; A Construção da Fase C do Projeto da termelétrica a carvão de Candiota II, no sul do Brasil; Projetos Hidroelétricos em Santo Antônio e Jirau - Rio Madeira; Belo Monte - Rio Xingu; nos rios São Francisco e Paraíba; e Candiota III - Termelétrica a carvão. O acordo foi assinado em junho de 2006 e promulgado pelo Presidente da República em janeiro de 2007.

Fonte: Quadro organizado pelo autor com base em informações do portal do Ministério das Relações Exteriores

Entre as missões internacionais, uma das mais importantes foi a que estabeleceu a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (Cosban). O encontro inaugural da Cosban ocorreu em Pequim, em março de 2006, e foi liderada pelo vice-presidente da República, José Alencar, e a Vice-Primeira-Ministra da China, Wu Yia. Os dois lados registraram a evolução e os bons resultados colhidos por suas economias e reafirmaram a vitalidade da atual relação bilateral³⁷. Os principais temas discutidos foram agricultura, energia, mineração, tecnologia da informação, infra-estrutura, alta tecnologia e negociações no âmbito da OMC. A próxima reunião deverá ocorrer no Brasil, possivelmente em 2007.

Outro fato político relevante foi a troca do embaixador chinês no Brasil. O diplomata Jiang Yuande deixou o cargo e foi substituído, em 2006, por Chen Duqin, que estava em Timor Leste, e anteriormente já havia sido embaixador em Moçambique. Chen já tinha trabalhado como cônsul no Brasil, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

3.1 – Relações comerciais

O incremento das relações comerciais bilaterais é o ponto mais significativo da parceria Brasil-China no período 2003-2006. No último ano do governo Cardoso, em 2002, a corrente de comércio entre os dois países ficou em cerca de US\$ 4 bilhões. Ao término do primeiro mandato do presidente Lula, em 2006, as trocas registraram um salto expressivo, aumentando 4 vezes, totalizando US\$ 16,3 bilhões.

A balanço do comércio bilateral foi favorável ao Brasil durante os quatro anos estudados, mas apresentou queda progressiva. Em 2003, o saldo positivo ficou em US\$ 2,3 bilhões, caindo para US\$ 1,7 bilhões em 2004, US\$ 1,4 bilhões em 2005, e terminando o ano de 2006 com apenas US\$ 411 milhões.

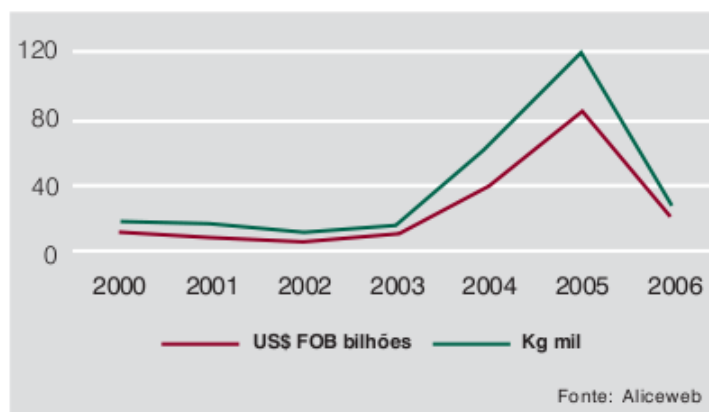
A razão para a redução do superávit brasileiro foi o aumento expressivo das importações de origem chinesa e manutenção do ritmo de crescimento das vendas brasileiras. O volume anual exportado pelo Brasil em 2006, US\$ 8,3 bilhões, excedeu em

³⁷ Portal Inforel, em 31/03/2006.

22,9% o montante de 2005, US\$ 6,8 bilhões. Um resultado de 2,7 pontos percentuais inferior ao crescimento verificado entre 2004 e 2005.

Um dos motivos para a queda das vendas foi o surto de febre aftosa no Brasil que paralisou as vendas de carnes e laticínios em 2006, registrando uma queda de 75,5%. Nos anos 2004 e 2005, houve um recorde histórico na exportação desses produtos, conforme a Gráfico C.2, elaborada pelo Conselho Empresarial Brasil-China, com dados do MDIC. Paralelamente, a China continuou a habilitar novos frigoríficos brasileiros para a comercialização de carnes e, em 2007, as vendas devem voltar a crescer.

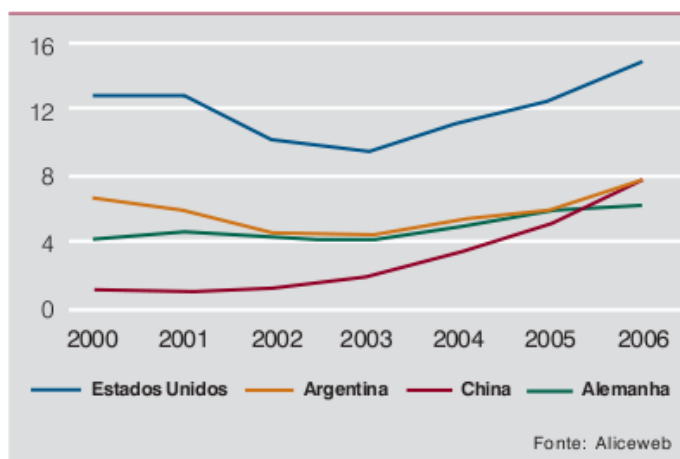
Gráfico C.2 - Exportações brasileiras de carnes para a China - 2000-2006



Fonte: Quadro organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China com base em informações obtidas pelo portal Aliceweb, do MDIC.

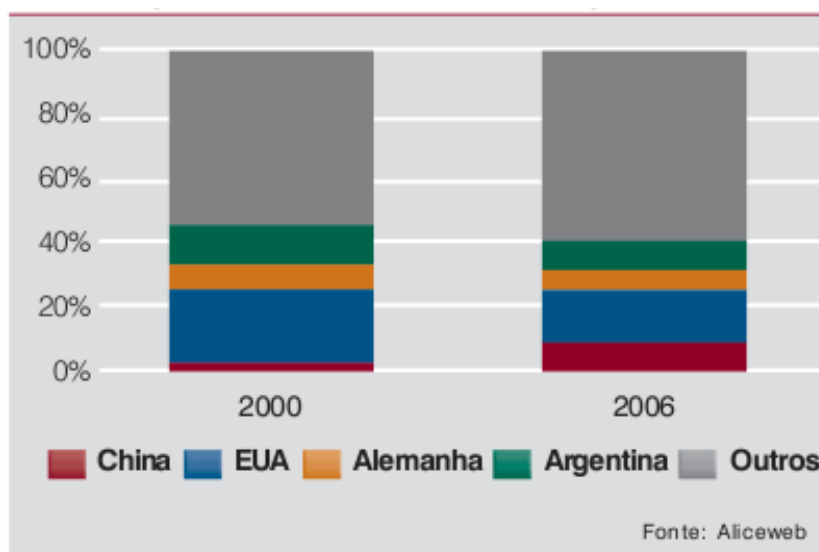
A China aproxima-se cada vez mais da posição de segundo maior parceiro comercial brasileiro, atualmente ocupada pela Argentina. Entre 2005 e 2006, as exportações chinesas para o Brasil aumentaram 49,2%, ao passo que as compras brasileiras da Argentina cresceram 29,1%. Os argentinos recuperaram o volume de exportações para o Brasil de 2000, mas perderam espaço: a participação do país nas importações brasileiras caiu de 12,3%, em 2000, para 8,8%, em 2006. A China, por sua vez, aumentou sua fatia nas compras brasileiras de 2,2% para 8,7% no mesmo período. Em 2000, as importações mundiais do Brasil foram de US\$ 55,8 bilhões; já em 2006, esse montante foi de US\$ 91,4 bilhões, crescimento de 64,1%. (Ver Gráficos C.3 e C.4)

Gráfico C.3 - Origem das importações brasileiras - US\$ bilhões



Fonte: Quadro organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China com base em informações obtidas pelo portal Aliceweb, do MDIC.

Gráfico C.4 - Participação dos países nas importações brasileiras



Fonte: Quadro organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China com base em informações obtidas pelo portal Aliceweb, do MDIC.

3.2 - Exemplos empresariais

Novas iniciativas ou a consolidação de negócios existentes de empresas brasileiras na China ou de empresas chinesas no Brasil também marcaram o período 2003-2006. A seguir, alguns casos de destaque.

3.2.1 - Brasileiros na China

- **Embraer** – Anunciou a venda de cinco aviões ERJ 145 para a China Eastern Airlines Jiangsu Ltda, em março de 2005. As aeronaves são produzidas em Harbin (China) sob licença e têm as mesmas características dos jatos fabricados pela Embraer no Brasil. Em setembro de 2006, assinou acordos com a Hainan Airlines Company (HNA) para a venda de 50 jatos ERJ e 50 Embraer 190, num negócio de US\$ 2,7 bilhões.
- **Sadia** – As fábricas da Sadia em Concórdia (SC) e Uberlândia (MG) receberam autorização para exportação de carnes de aves do governo da China em abril de 2006. A empresa vinha buscando a aproximação com o mercado chinês e já tem uma churrascaria no país.
- **Perdigão** – A empresa está há 20 anos no mercado de Hong Kong. Em 2003, iniciou vendas diretas de aves para Xangai, com 10 contêineres por mês. Multiplicou esse número por 6, chegando a 60 contêineres por mês em 2005.
- **WEG** – Empresa com sede em Jaraguá do Sul-SC. É a maior fabricante de motores elétricos da América Latina e uma das mais importantes do mundo. A Divisão Nantong-China foi inaugurada no início de 2005.
- **Embraco** – Empresa Brasileira de Compressores – Em 1995, estabeleceu uma *joint venture* na China, dando origem à Embraco *Snowflake*, que por 11 anos funcionou em instalações localizadas na zona central de Pequim. A partir de maio de 2006, a produção começou a ser transferida para uma nova fábrica, construída com base nos

mais avançados conceitos de manufatura. A nova base chinesa tem o dobro da capacidade da anterior e possibilidades de expansão.

- **VCP** – Votorantim Celulose e Papel – Iniciou os negócios com a China por meio de *trading companies*. Nos primeiros quatro anos, o volume de vendas girou entre 15 e 20 mil toneladas/ano, aproximadamente US\$ 8 a 10 milhões/ano. Em 2004, a empresa vendeu à China 225 mil toneladas de celulose, correspondentes a US\$ 110 milhões.
- **Aracruz** – A empresa possui dois escritórios na China, um Pequim e outro em Hong Kong. As vendas para a China representam 20% do total de vendas, de uma produção aproximada de 2,8 milhões de toneladas de celulose.
- **Politec** – Empresa brasileira de tecnologia da informação, prepara-se há mais de 2 anos para entrar no mercado chinês. Em fevereiro de 2007, estava em fase de consolidação uma parceria que tem duração de um ano e prevê a prestação de serviços de manutenção de *software* para o setor bancário chinês, podendo gerar uma receita de 1,5 milhão a 2 milhões de dólares.
- **Embrapa** – Tem despertado muito interesse da parte dos chineses, que já organizaram algumas missões para conhecer as tecnologias da empresa e estabelecer cooperação técnica. Algodão e cogumelos são áreas de destaque.

3.2.2 - Chineses no Brasil

- **Huawei** – A empresa, com sede em Shenzhen-Guandong, já investiu cerca de US\$ 650 milhões no Brasil para produção de equipamentos de telecomunicações e infraestrutura para telefonia celular. Entre suas parcerias estão operadoras como a Telemar, Brasil Telecom, Telefônica, Embratel, Vivo, Claro, TIM, Intelig, Telemig, CTBC Telecom e GVT, além órgãos do governo e instituições financeiras.
- **ZTE** – Empresa de provedora de soluções de telecomunicações, no Brasil desde 2002. Relaciona-se com as principais operadoras, sejam de telefonia fixa ou móvel.

Introduziu no mercado brasileiro soluções sistêmicas nas mais variadas tecnologias e plataformas. Também participou de processos de compra de empresas operadoras.

- **Jialing** – Um dos principais fabricantes de motocicletas da China, o Jialing Group, decidiu investir cerca de US\$ 5 milhões na construção de uma unidade no Brasil. A unidade brasileira terá uma capacidade anual de produção de 100 mil unidades. A marca produz motos de 50cc a 600cc, mas no Brasil, a produção deve se concentrar em modelos de 110 e 125 cilindradas.
- **Gree** – Fábrica de condicionadores de ar em Manaus, aberta em 2001, por meio de investimentos da ordem de US\$ 40 milhões, metade proveniente da sede em Zhuhai-Guandong e metade de empréstimos do BNDES. Nos últimos 5 anos, a Gree do Brasil tem apresentado crescimento de 100% ano.

3.3 – Setores que ganham e setores que perdem

Castro (2006) apresenta informações sobre os setores com mais potencial de ganho e os setores mais sensíveis, do ponto de vista brasileiro, com o relacionamento comercial entre os dois países. Nota-se pela Quadro C.5 que a pauta de oportunidades para o Brasil é principalmente composto por produtos do agronegócio e por serviços. Já os setores ameaçados são principalmente indústrias.

Quadro C.5 - Setores que ganham e setores sensíveis na parceria Brasil-China

Setores que ganham		
1	Soja	Conforme o poder aquisitivo da população chinesa aumenta, mais cresce a demanda por alimentos. A soja é fundamental não só para consumo humano, mas também para uso industrial.
2	Carne / Frango / Peixe	A carne bovina brasileira é uma das melhores do mundo. Apesar da China ser grande produtora de frangos, a quantidade é insuficiente, principalmente no interior. Partes não valorizadas no ocidente, como a pele, são nobres para os chineses. Peixes do litoral brasileiro são muito apreciados.
3	Alimentos orgânicos / Frutas / Suco de Laranja	Chineses preferem a comida “feita na hora”, por isso a demanda por produtos orgânicos está crescendo. Frutas como banana e manga têm grande potencial de sucesso. O consumo de suco de laranja cresceu muito com uma redução tarifária em 2001.
4	Açúcar / Cachaça	A China produz menos açúcar do que consome. A demanda por produtos industrializados, como chocolates e doces, cresce de forma acelerada. A China também está aprendendo a conhecer novas bebidas. Vinho e Vodka ganham espaço e o Brasil precisa investir no <i>marketing</i> da cachaça.
5	Café	O café brasileiro ainda não tem marca na China e é vendido indiretamente por europeus. Necessário investir no <i>marketing</i> do café e abrir cafeterias nas principais cidades.
6	Papel e celulose	Grande potencial de crescimento, mas depende de ampliação da produção.
7	Madeira	Foco em assoalhos de madeira. Companhia chinesas têm comprado empresas no Brasil, principalmente serrarias.
8	Fumo	Grande potencial de crescimento, mas depende da capacidade produtiva brasileira.
9	Algodão	O setor têxtil chinês é grande comprador da matéria-prima.
10	Aço e minério de ferro / Gemas e pedras	A China compra cerca de 30% aço e minério de ferro do mundo. No mercado de gemas e pedras há grande demanda por granito marrom e pérola, por exemplo.
11	Energia / Álcool	Foco na troca de tecnologias, como na construção da hidrelétrica de Três Gargantas. A China também tem grande interesse no álcool como combustível ecológico.
12	Turismo / Feiras / Gastronomia	O acordo de destino turístico assinado por Lula e Hu Jintao promete ampliar o número de chineses no Brasil, mas ainda precisa de melhor regulamentação. Feiras e eventos são vitais para crescimento do comércio exterior. Os chineses apreciam muito a culinária brasileira, principalmente o churrasco.
13	Automotivo	A indústria automotiva cresce significadamente na China. O Brasil já exporta e pode ampliar as vendas de veículos desmontados e autopeças.
14	Couro	Há mais de mil brasileiros trabalhando na China na área de couro e calçados. O Brasil também competitivo na exportação do couro semi-acabado.
15	Meio ambiente	Foco na troca de tecnologias. A China despertou para o tema há cerca de dez anos apenas. Desde então, foi um dos países que mais reflorestou e criou áreas de preservação modelo. Os chineses também podem com o Brasil nas áreas de saneamento básico e tratamento de efluentes e dejetos industriais.
16	Construção civil / Arquitetura / Infra-estrutura / Logística	A área de construção civil brasileira pode ter espaço na China ao firmar parcerias com grupos locais. A arquitetura, em especial, pode apresentar diferencial decisivo. A China tem evoluído rapidamente sua infra-estrutura e pode colaborar com o Brasil por meio de parcerias. Empresas chinesas se interessam por portos brasileiros.
17	Esportes	Cresce o interesse chinês pelo futebol, abrindo oportunidades para professores, clubes e escolas.
18	Legislação / Copyright	Necessidade de profissionais e escritórios de direito especializados no comércio Brasil-China e com fluência em mandarim.

Setores que ganham		
19	Saúde	A medicina tradicional chinesa é barata e simples e permite o atendimento de imensos contingentes de população.
20	Educação / Cultura / Ciência e Tecnologia / Recursos Humanos	Foco em parcerias e intercâmbio. As áreas de nanotecnologia e biotecnologia avançam e merecem destaque. Profissionais brasileiros com mandarim fluente terão mercado.
Setores mais sensíveis		
1	Têxteis	O parque têxtil chinês é incomparável. Brasil deve se beneficiar com a importação de produtos que aumentam a competição interna e exportar matérias-primas. O país, por meio de parcerias, pode ser a base chinesa de exportação para as Américas.
2	Calçados	Enquanto a China participa com 50% das importações dos EUA, o Brasil não ultrapassa os 10%. Os brasileiros devem se apoiar na qualidade e não quantidade para ganhar mercados. Espaço para parcerias com empresas chinesas.
3	Eleto-eletrônicos	China é um dos maiores fabricantes de eletro-eletrônicos e ameaça o Japão e os EUA na produção de circuitos impressos. Brasil deve buscar desenvolvimento tecnológico, melhor tributação e logística. Parcerias com chineses também são opções.
4	Brinquedos	China domina o mercado mundial, tanto em brinquedos baratos, de baixa qualidade, quanto com os caros e sofisticados. Brasil deve buscar parcerias e atrair fábricas para solo nacional.
5	Indústria química	China é grande exportadora de petroquímicos. Para competir, o Brasil teria que montar refinarias, o que não é barato. Durante os próximos anos o país deverá continuar dependente.
6	Alho	A China é um grande produtor mundial. Brasil deve buscar soluções tecnológicas e novos mercados.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas opiniões de Paul Liu, presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE), publicadas em Castro (2006)

Ao comparar o Quadro C.5 com a matéria jornalística “Quem ganha e quem perde nas relações Brasil-China”, publicada pela revista Exame, em 2005, confirma-se a maioria das tendências. No entanto, a matéria alerta que setores apresentados pela câmara como ganhadores podem passar a ser prejudicados em breve.

Segundo a revista, o setor de automóveis, apesar de exportar para China, passa a ser ameaçado pelo fato de que a produção chinesa já é o dobro da brasileira. Até 2010, deverá montar 11 milhões de veículos por ano e concorrer diretamente com o nicho brasileiro, de carros pequenos.

Empresas do setor aeronáutico chinês estariam projetando um avião para 50 passageiros, o que causaria problemas à Embraer. A companhia brasileira está associada a duas empresas chinesas para produzir os jatos ERJ 145, de 50 lugares, e estima um

potencial de vendas de US\$ 2 bilhões para a China.

Por ser a maior produtora e maior consumidora de aço no mundo, a China está investindo em sete usinas gigantescas, maiores que as brasileiras, para tentar garantir sua auto-suficiência. A necessidade de importação desse produto do Brasil acabaria, causando dificuldades aos exportadores nacionais.

A Exame acrescentou na lista de perdedores os ópticos. Exposto à concorrência internacional, o setor de ópticos viu, em 15 anos, o número de fábricas brasileiras diminuir de 152 para 35. Comparados os produtos do Brasil com os chineses, a diferença de preços chega a 90%.

O setor de máquinas também estaria em risco. O preços de máquinas chinesas seriam 55% mais baratas do que as nacionais. Em 2004, de 1600 injetoras de plásticos vendidas em território brasileiro, cerca de 500 eram chinesas.

Por outro lado, Villela (2004) aponta grande interesse chinês na tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas, da Petrobras, no conhecimento em biotecnologia em sementes e rebanhos, e na correção e aproveitamento de solos, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Outro setor importante seria o de tecnologia da informação, em que as experiências brasileiras em automação bancária e governo eletrônico estão entre as melhores do mundo. Para aproximar empresas dos dois países desse ramo, a CBCDE promoveu uma reunião entre seus associados para discutir a política de *software* livre do governo brasileiro. O evento contou com a presença de Renato Martini, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, autarquia ligada à Casa Civil da Presidência da República.

Softwares livres são programas de computador de código-fonte aberto, de propriedade coletiva, desenvolvidos de forma colaborativa pela rede mundial de computadores. Qualquer pessoa que tenha conhecimento técnico pode usar, estudar, alterar e redistribuir as alterações. Silveira (2003) afirma que o *software* livre é fundamental para o desenvolvimento sustentável, para o combate à pobreza e para a construção de uma globalização contra-hegemônica.

A exportação de serviços em *software* livre é uma área que oferece grande potencial de negócios para as nações em desenvolvimento. Como esse tipo de tecnologia não é aprisionada por *royalties* ou licenças restritivas de corporações dos países do Norte, cabe apenas ao talento de programadores a venda de serviços de inteligência, suporte e criação de novas soluções.

O governo Lula promoveu fortemente, principalmente via propaganda, o uso de *software* livre na administração pública brasileira, o que tornou o país referência internacional no tema. Atualmente, quase todos os ministérios e empresas estatais têm alguma iniciativa com código-aberto. O maior exemplo é o Banco do Brasil, que, em 2006, instalou 30 mil matrizes do sistema operacional GNU/Linux, sendo 5 mil em servidores e 25 mil em estações de trabalho, economizando R\$ 22 milhões em pagamentos de licenças proprietárias.

A China é um enorme mercado para serviços de tecnologia da informação. A demanda por engenheiros de *software* no país asiático é de 50 mil por ano. Cerca de 3400 novas vagas são abertas mensalmente. Shenzhen, a cidade que é o pólo tecnológico do país, possuía cerca de 120 mil pessoas trabalhando em sua indústria de *software* em março de 2006, e cerca de 80 a 100 mil novos profissionais serão necessários até 2010³⁸.

Considerando que as linguagens de computador são universais e que a língua de comunicação padrão entre desenvolvedores é o inglês, programadores brasileiros poderiam disputar essas vagas do outro lado do planeta, trabalhar em suas casas no Brasil e ganhar salários em dólar. Tal iniciativa contribuiria, e muito, com as metas de ampliação da exportação de *software* do MDIC.

3.4 – Brasil e China no espaço

Tratando ainda de tecnologia, o presidente Lula renovou com a China, em maio de 2004, a cooperação para o programa de satélites, denominado projeto *China Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS). O projeto prevê o lançamento de três novos satélites em quatro anos.

Em 2003, o presidente Lula acompanhou o lançamento do 2º satélite da parceria, enviado ao espaço pelo foguete Longa Marcha 4B. O veículo lançador deixou a base de Taiyuan, na China, e colocou o o CBERS-2 em órbita no mês de outubro.

O satélite CBERS-2 é idêntico ao primeiro, o CBERS-1 (lançado em 1999), e como o antecessor, leva a bordo três câmeras para registro de imagens da Terra. Presta-se à observação de fenômenos em diversas escalas, englobando aplicações em vegetação, agricultura, meio ambiente, água, cartografia, geologia e solos, entre outras funções.

Atualmente, o terceiro equipamento, o CBERS-2B está sendo montado e testado no Brasil, nas instalações do Laboratório de Integração e Testes do INPE, e deverá ser lançado ainda esse ano. Os outros dois satélites em projeto, o CBERS-3 e o CBERS4, deverão ir ao espaço em 2008 e 2010, respectivamente.

O programa de satélites é uma ação concreta e um símbolo da parceria estratégica entre Brasil e China. As diplomacias das duas nações consideram um exemplo do que pode ser alcançado com a cooperação Sul-Sul. Não há projeto tecnológico semelhante no mundo entre países em desenvolvimento.

A parceria nasceu no governo Sarney, em 1988, em um acordo envolvendo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST). O objetivo era buscar meios mais eficazes e econômicos de observar a Terra, sem depender de imagens, extremamente caras, fornecidas por equipamentos de outras nações. O investimento conjunto foi superior a US\$ 300 milhões (30% brasileiro e 70% chinês).

Hoje, o Brasil é um dos maiores distribuidores de imagens de satélite do mundo,

graças à política de distribuição gratuita implantada em junho de 2004, que desde então disponibilizou mais de 200 mil imagens a usuários do território nacional. Em maio de 2006, o INPE passou a também oferecer sem custos imagens para países da América do Sul, localizados na área de abrangência da sua Estação de Recepção de Cuiabá.

Brasil e China apostam no potencial de comercialização das imagens do CBERS no mercado internacional. O INPE acredita que vendas previstas para breve possam movimentar cerca de US\$ 497 milhões. Mais de dez países, entre eles Alemanha, Venezuela, Austrália, África do Sul e a Agência Espacial Européia, têm interesse na obtenção de imagens do CBERS.

Em outubro de 2006, representantes da agência espacial NASA e do *United States Geological Survey* (USGS), órgão do Departamento do Interior dos EUA, estiveram no INPE para conhecer melhor o programa CBERS. Os técnicos procuravam uma alternativa ao satélite norte-americano LANDSAT-5, que apresentou falhas após mais de vinte anos em operação.

Uma nova série de satélites dos EUA para substituir o LANDSAT ainda está em planejamento e novos lançamentos deverão demorar vários anos para ocorrer. Tanto os Estados Unidos como outros países que atualmente utilizam as imagens LANDSAT precisarão de outro satélite semelhante, e o CBERS é uma solução viável.

3.5 – A Rodada de Doha

Apesar o presente trabalho ter foco no relacionamento bilateral entre Brasil e China, não é possível desconsiderar as articulações entre as duas nações no âmbito multilateral da Rodada do Desenvolvimento de Doha, da Organização Mundial do Comércio, que tem como objetivos negociar a redução nas barreiras mundiais aos negócios e permitir livre comércio entre países de diferentes níveis de desenvolvimento.

Ressalte-se que a “promoção da cooperação internacional, com ênfase na

coordenação das negociações”, é um dos 4 principais pontos da parceria estratégica Brasil-China. Dessa forma, a concertação entre os dois países em organizações internacionais, como a OMC, precisa ser observada e avaliada.

As negociações ministeriais da Rodada de Doha, capital do Qatar, começaram em 2001. Os encontros subsequentes ocorreram em Cancún-México (2003) e Hong Kong-China (2005). Outras negociações tiveram como palco Genebra-Suíça (2004), Paris-França (2005) e novamente Genebra (2006).

As reuniões refletiram grande divergência entre as nações desenvolvidas, representados por União Européia, EUA e Japão, e os países em desenvolvimento, organizados no G20³⁹. Os pontos em disputa são: 1) subsídios domésticos de agricultura; 2) acesso a mercados agrícolas; e 3) acesso a mercados em produtos industriais e serviços.

Juntos, os membros do G-20 têm vital importância na produção e no comércio agrícolas, representando quase 60% da população do planeta, 70% da população rural e 26% das exportações agrícolas mundiais. Brasil, China, Índia e África do Sul assumiram uma postura de liderança no grupo.

A criação do G20 representou o ressurgimento da coalizão terceiro-mundista, desta vez centrada nos interesses de seus produtores rurais e na explicitação da hipocrisia da posição negociadora dos países desenvolvidos, conforme opinião de Lima (2006). O grupo atuou como intermediário entre “fracos” e “fortes”.

A viabilização do G20 gastou enorme energia negociadora da diplomacia brasileira, que se dedicou a intensas consultas técnicas e políticas com os membros do grupo e outras nações. Em diversos momentos, o Brasil teve que abrir mão de demandas que o interessava, em prol da manutenção da coalizão. O resultado foi o reconhecimento internacional pelo papel pró-ativo e de liderança brasileira.

Sem o apoio chinês, o grupo não teria a mesma representatividade. Cerca de dois terços dos 1,3 bilhões de chineses vivem de atividades rurais, que empregam diretamente 350 milhões de trabalhadores. Um erro ou uma redução irresponsável de tarifas poderia

³⁹ Compõem o G20: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

causar uma terrível crise social. Uma prova de que a China se submeteu ao G20 é que mesmo quando resolveu adotar posições agrícolas mais protecionistas, o fez no âmbito do grupo.

Atuando com dinamismo, o G20 obteve várias conquistas, como a eliminação total dos subsídios à exportação em 2013 (com reduções substanciais até 2010) e um pacote específico de acesso livre ao mercado para as nações mais pobres (países africanos, alguns asiáticos e o latino-americano Haiti).

Apesar dessas vitórias, as divergências entre ricos e pobres paralizaram as negociações, que segundo analistas, aproximam-se do fracasso. O prazo para a finalização da Rodada de Doha pode estar próximo. O Congresso norte-americano⁴⁰, controlado pela oposição democrata a George W. Bush, pode não renovar o “*Fast Track*” (*Trade Act of 2002*), que expira em julho de 2007. Sem o mecanismo legal, que dá maior autoridade ao presidente dos EUA para negociar acordos comerciais, concessões por parte da potência hemônica se tornarão muito mais difíceis de se concretizar.

A interrupção da Rodada de Doha pode ser considerada uma demonstração da força da organização dos países em desenvolvimento, que individualmente teriam que aceitar as demandas dos países ricos. Emperrar as negociações é uma alternativa melhor do que aceitar mudanças que não interessam aos membros do G20.

Um dos pontos que mais preocupa a China é que o país já teria feito importantes concessões em matéria agrícola no processo de acesso à OMC. As tarifas consolidadas para produtos agrícolas chineses já são praticamente idênticas às tarifas aplicadas⁴¹, o que é uma situação muito diferente da que caracteriza a Índia, por exemplo. O enorme hiato entre tarifas consolidadas e efetivamente aplicadas permite aos indianos grande margem de manobra em negociações internacionais. Sem semelhante margem, o governo chinês entende haver risco significativo - e danos potenciais consideráveis - em uma redução ainda maior de tarifas aplicadas sobre importações de produtos agropecuários. Para efeito de comparação, segue a Tabela C.6:

40 Reuters Brasil, em 16/02/2007.

41 Carta da China, em 01/07/2005

Tabela C.6 - Tarifas de Importações: Brasil e China

Tarifas CNMF	Brasil	China
Tarifas consolidadas		
Média simples	31,4	10
Bens agrícolas	35,5	15,8
Bens não-agrícolas	30,8	9,1
Tarifas aplicadas (2002)		
Média simples	13,8	12,4
Bens agrícolas	11,7	19,2
Bens não-agrícolas	14,1	11,3

Fonte: Trade Profiles, www.wto.org. Retirado de Pereira (2006).
CNMF: Cláusula de Nação Mais Favorecida

Por fim, o fracasso nas negociações em Doha seria péssimo, pois colaboraria para deteriorar gradualmente o sistema multilateral de comércio, comprometendo o multilateralismo como um todo, gerando implicações para a economia e a segurança mundial. Na opinião do ministro Celso Amorim⁴², há o risco de que a OMC se transforme em uma entidade sem importância, com graves consequências para a credibilidade do multilateralismo. Para ele, se as negociações não derem certo, as perdas maiores recairiam sobre os países mais frágeis e sobre as pequenas economias.

⁴² Agência Carta Maior, 2006.

Conclusão

A relação bilateral entre Brasil e China nunca foi tão próxima quanto nos anos do primeiro mandato do governo Lula. A prova maior é o crescimento da corrente comércio entre os dois países em 400%, saltando de US\$ 4 bilhões, em 2002, para US\$ 16,3 bilhões, ao término de 2006.

A política externa brasileira, que buscou a cooperação com os países em desenvolvimento, e teve na China um objetivo prioritário, foi fundamental para esse resultado. Para que o comércio cresça ainda mais é necessário que a maioria dos acordos assinados, principalmente durante a troca de visitas dos presidentes da China e Brasil, em 2004, entrem finalmente em vigor e sejam internalizados pela legislação brasileira, como o reconhecimento da China como economia de mercado.

Se há mais trocas comerciais, é natural que hajam mais contenciosos entre as duas nações. Países que não têm nenhuma relação, não têm problemas entre si. Os episódios do embargo da soja brasileira pela China, ou as restrições brasileiras aos têxteis e aos brinquedos chineses podem ser vistos sob essa ótica.

No próximos anos (2007-2010), se a atual tendência for mantida, a balança comercial do Brasil com a China deve atingir o equilíbrio, ou tornar-se deficitária. Os brasileiros deverão continuar exportando principalmente produtos do agronegócio e importando produtos com mais tecnologia e valor agregado. Mas há grandes oportunidades em diversos setores ainda pouco explorados, como o de tecnologia da informação.

A concertação entre Brasil e China nos organismos multilaterais seguiu a tradição histórica, conforme demonstrado nas batalhas contra os subsídios agrícolas na Rodada de Doha. A avaliação final é positiva, mesmo considerando a decepção brasileira quanto a falta de apoio à reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Referências bibliográficas

- ABRINQ denuncia subfaturamento nas importações da China. **Portal Universo Online: Canal Executivo**, São Paulo, 2005. Disponível em <http://www2.uol.com.br/canal_executivo/notasemp/emp050420051.htm>. Acesso em: 01 abril 2007.
- ACORDO entre Brasil e China passa a valer em Abril. **Portal da APEX-Brasil**, 2006. Disponível em <http://www.apexbrasil.com.br/noticia_detalhe.aspx?idnot=160>. Acesso em: 01 abril 2007.
- ÁFRICA do Sul restringe importação de têxteis chineses. **Canal de Moçambique**, Maputo, 06.09.2006 Disponível em <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/09/frica_do_sul_re.html>. Acesso em: 01 abril 2007.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma nova arquitetura diplomática? - Interpretações sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006), **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, vol. 49, nº 1, 2006.
- AMORIM, Celso. Entrevista. Brasília, **Agência Carta Maior**. Disponível em <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12928>.
- ANDRADE, Maria Cecília. Defesa da Concorrência na China. In: FURLAN, Fernando de M.; FELSBURG, Thomas B. (orgs.). **Brasil-China: comércio, direito e economia**. São Paulo, Lex Editora, 2005, p.147-163.
- ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 152-168, 2005.
- BALDI, Neila; KASSAI, Lucia; SOARES, Paulo. Missão tenta liberar na China soja embargada. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17.06.2004. Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=57197>. Acesso em: 01 abril 2007.
- BRASIL e China incrementam Parceria Estratégica. **Portal Inforel**, Brasília, 31.03.2006. Disponível em <<http://www.inforel.org/servlet/ListaNoticia?acao=C¬iciald=1644&ano=2006>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.079, de 30 de dez. de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública**. Brasília, 2004
- CAETANO, José Roberto; LAHÓZ, André. A China vai conquistar o mundo. E sua empresa está na mira. **Revista Exame**, São Paulo, edição 842, ano 39, nº 9, 11.mai.2005, p. 20-26
- CHINA adota posições protecionistas nas negociações agrícolas do G-20. **Carta da China**, ano 2, nº 9, 01.07.2005. Disponível em <<http://www.cebc.com.br/sites/500/521/download/CartadaChina09-01jul2005.pdf>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- CASTRO, Daniel. **Brasil-China: uma grande parceria, sim!** São Paulo: Ed. Vespa Brasil, 2006.

- CHINA se opõe à Europa e Estados Unidos por estabelecer limitações à importação de produtos têxteis chineses. **Portal do Consulado Geral da República Popular da China no Rio de Janeiro**, 2005. Disponível em <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/cgrj/pot/xxdt/t190619.htm>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- CIARELLI, Mônica. Jintao: Brasil é porta de investimentos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15.11.2004. Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=90766>. Acesso em: 01 abril 2007.
- CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Macro China**. São Paulo, ano 2, nº 7, 07 fevereiro 2007.
- COTTA, Elaine. China suspendeu embargo após forte baixa no preço da soja. **Folha Online**, São Paulo, 21.06.2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u85808.shtml>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- DIPLOMACIA: a Venezuela não ameaça a liderança do Brasil na América do Sul, afirma o ministro. **Revista Época**, São Paulo, 17.12.2006. Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=3001>. Acesso em: 01 abril 2007.
- ENTENDA a polêmica envolvendo o embargo chinês à soja brasileira. **Agência Folha**, Porto Alegre, 21.06.2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u85789.shtml>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- FELIZARDO, Renata M.; FONSECA, Adriana D. Q. da; JUNQUEIRA, Carla A. de A.; Negócios com a China: uma panorama geral. In: FELSBURG, Thomas B.; FURLAN, Fernando de M.; (orgs.). **Brasil-China: comércio, direito e economia**. São Paulo, Lex Editora, 2005, p. 273-292.
- FUJITA, Edmundo Sussumu. "O Brasil e a China – Uma Parceria Estratégica Modelar". **Política Externa**. São Paulo, vol. 11, nº 4, mar. abr. 2003, p. 63
- FUTEMA, Fabiana. Lula diz que pretende estreitar relações com a China. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20.02.2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46284.shtml>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- GLYCERIO, Carolina. China suspende importação de soja de empresas brasileiras. **BBC Brasil.com**, Brasília, 12.05.2004. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/05/040512_sojacg.shtml>. Acesso em: 01 abril 2007.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 447-456.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. CBERS: China-Brazil Earth Resources Satellite: histórico. **Portal do INPE**, São José dos Campos-SP. Disponível em <<http://www.cbears.inpe.br/pt/programas/historico2.htm>>. Acesso em: 01 abril 2007
- JACOBS, Claudia Silva. China 'suspende' mais 15 empresas de soja brasileira. **BBC Brasil.com**, Brasília, 14.06.2004. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/06/040614_sojacs.shtml>. Acesso em: 01 abril 2007.
- LESSA, Antônio C. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. Especial, p. 29-41, 1998.

- LIMA, Maria Regina Soares de. Decisões e indecisões: um balanço da política externa no primeiro governo do presidente Lula. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 2006, ano XIII, nº 425, p. 56-58
- LI Yuyang; LIU Xu. *Software* sector calls for professionals having more specialties. **China Economic Net**, Pequim, 2006. Disponível em <<http://en.ce.cn/main/index.shtml>>.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República no encerramento do seminário Brasil-China: uma Parceria de Sucesso**. Portal do MRE, Xangai-China, 26.05.2004. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>> Acessado em: 01 abril 2007.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Declaração à Imprensa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o presidente da China, Hu Jintao**. Portal do MRE, Brasília, 12.11.2004. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>> Acessado em: 01 abril 2007.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Como exportar: República Popular da China**. Brasília: MRE, 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Instrumentos de defesa comercial - investigações. **Portal do MDIC**, Brasília, 2006. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/defComercial/insDefComercial/Ins_MedAnt_Inv_dumping.php>. Acesso em: 01 abril 2007.
- MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a transformação da China**. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000
- NOGUEIRA, Isabela. Mitos e fatos sobre a economia de mercado na China. **Carta da China**. São Paulo, ano 3, nº 23, dez. 2006.
- NUNES, Dimalice. Fiesp reivindica discutir status de economia de mercado. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 03.03.2005. Disponível em <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=181235>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **China: o que é preciso saber**. São Paulo: Aduaneiras, 2004, p. 99-118.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: uma relação sul-sul. **Cadernos Adenauer VII** (2006), nº1: China por toda parte. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2006, p. 117-128.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, vol. 47, nº 1, 2004 .
- PEREIRA, Lia Valls. Relações comerciais Brasil-China: um parceiro especial? **Cadernos Adenauer VII** (2006), nº1: China por toda parte. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2006, p. 129-142.
- PRESIDENTE Lula recebeu o vice-primeiro-ministro chinês Hui Liangyu. **Embaixada da República Popular da China**, Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.embchina.org.br/por/szxw/t150735.htm>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- PROCÓPIO, Argemiro (org.). **Relações Internacionais: os excluídos da Arca de Noé**. São Paulo: Hucitec, 2005.

- PROCÓPIO, Argemiro. **No olho da águia: unilateralismo e relações internacionais**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2003.
- PT acerta intercâmbio com PC Chinês. **Portal do Partido dos Trabalhadores**, São Paulo, 20.04.2004. Disponível em <http://www.pt.org.br/site/noticias/noticias_int.asp?cod=22331>. Acesso em: 01 abril 2007.
- RYAN, Missy. Divisão nos EUA ameaça Rodada Doha, diz negociador brasileiro. **Reuters Brasil**, Washington-EUA, 16.02.2007. Disponível em <http://br.today.reuters.com/news/newsArticle.aspx?type=domesticNews&storyID=2007-02-16T193918Z_01_B100876_RTRIDST_0_BRASIL-EUA-POL.XML>. Acesso em: 01 abril 2007.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão Digital, *Software Livre* e Globalização Contra-Hegemônica. In: CASSINO, João; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora, 2003.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Dois anos de 'presença soberana': uma reflexão sobre a política externa do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, vol. 46, nº 2, 2003.
- STORY, Jonathan. **China: a corrida para o mercado**. Tradução de Bázan Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Ed. Futura, 2004, p. 65.
- TÊXTEIS: China diz que haverá retaliações comerciais aos EUA. **Portal do Partido Comunista do Brasil**, São Paulo, 17.05.2005. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0517/0517_china-texteis.asp>. Acesso em: 01 abril 2007.
- TORTORIELLO, Alexandre Mata; BRITO, Mariana. Embargo chinês à soja brasileira é mal-intencionado, diz consultor. **BBC Brasil.com**, Brasília, 21.05.2004. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/05/040521_sojam1.shtml>. Acesso em: 01 abril 2007.
- TORTORIELLO, Alexandre Mata. Lula vê apoio chinês a ambição do Brasil na ONU. **BBC Brasil.com**, Brasília. 13.11.2004. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041113_brasilchinarg.shtml>. Acesso em: 01 abril 2007.
- TREVISAN, Claudia. China veta Conselho de Segurança ampliado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03.06.2005. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=28695>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- UNITED NATIONS. Commission adopts measures on situations in Cuba, Belarus, Tukmenistan, and Democratic People's Republic of Korea: Press Release. **Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights**, 15.04.2004. Disponível em <<http://www.unhcr.ch/hurricane/hurricane.nsf/0/D45BB29E34B83CFEC1256E780026FC94?opendocument>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- VERÍSSIMO, Renata. Brasil faz acordo e limita entrada de brinquedo chinês. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19.08.2006. Disponível em <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=295049>>. Acesso em: 01 abril 2007.
- VETO a soja pode ser resolvido com negociação, diz China. **BBC Brasil.com**, Brasília, 17.06.2004. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/06/040617_sojacl.shtml>. Acesso em: 01 abril 2007.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação.** In: 48th Annual International Studies Association (ISA) Convention. Chicago, 2007.

VILLELA, Eduardo V. M. **Comércio Internacional: as relações comerciais entre Brasil e China na última década e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês.** Ano de finalização: 2004. Especialização em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.